

O AMOR VENCE TUDO

Carta Pastoral sobre a Caridade

3º Ano de preparação para o Sínodo Arquidiocesano

Amados irmãos e amadas irmãs,

1. **“*Omnia vincit amor!*” (O amor vence tudo).** Com esta frase de Virgílio, grande poeta romano do século I a.C, começo esta carta pastoral com o intuito de favorecer a reflexão, a oração e muitas iniciativas neste último ano de preparação para o Sínodo Arquidiocesano que tem por tema a Caridade. Deparei-me pela primeira vez com esta sentença do poeta no testemunho de Chiara Lubich, uma grande mulher de nosso tempo, que numa noite, “noite de estrelas”, como assim ela descreve, sob os bombardeios da II Guerra Mundial, chorava porque na manhã seguinte tinha de escolher entre acompanhar seus pais a um lugar seguro, ou ficar na cidade. Ela, então, recordou esta frase, **“*Omnia vincit amor*”**, e, na manhã seguinte, voltou para a cidade determinada a realizar a revolução do amor no meio da morte e da destruição. Essa experiência constituiu para mim um marco significativo em Roma, quando ainda era jovem e fazia meus estudos eclesiais. Foi a partir daí que comecei a entender os conteúdos essenciais do pensamento e do agir cristãos.

2. Em 2004, já como Arcebispo de Goiânia, fiquei emocionado ao ler esta mesma sentença, numa mensagem do Venerável João Paulo II. Para mim, aquela era uma frase significativa do pensamento greco-romano e tornara-se verdadeira e autenticamente cristã. Nessa imensa corrente em que **Deus entra em relação com o homem, o Espírito Santo deixou cair sementes do Verbo nos corações de todos os homens de boa vontade**, em todas as culturas, especialmente naquelas que precederam e, de algum modo, prepararam a vinda encarnada do Senhor. Assim, a Palavra habitou para sempre no conhecimento humano, e pôde ser proclamada, acolhida, meditada e vivida, geração após geração. João Paulo II dizia que “o cristão sabe que o amor é o motivo pelo qual Deus entra em relação com o homem; e é o amor também que Ele espera do homem como resposta. Por isso, **o amor é a forma mais alta e mais nobre de relação dos seres humanos** inclusive entre si”. (*Mensagem Dia Mundial da Paz*, 2004).

3. O saudoso Papa, que será beatificado no dia 1º de maio deste ano, fala em amor e nós costumamos nos referir à caridade com o mesmo sentido. Nos países de língua portuguesa, o sentido da palavra caridade se distanciou ligeiramente do termo amor,

mas **eles têm significados tão próximos que podemos usar de modo equivalente, excetuando, naturalmente, distinções muito sutis.** De todo modo, o cristão pode tratar da caridade com o nome de amor e do amor com o nome de caridade. Nessas duas palavras estão contidas as mais instigantes linhas de compreensão do que é a excelência da vida cristã: fomos criados por amor, salvos por amor e convidados a viver no amor. O apóstolo Paulo sentencia, para o nosso consolo, que “o amor jamais passará” (1Cor 13,8). E **na experiência cristã, um dos efeitos que é propiciado pelo amor, a caridade, é a misericórdia.** A Caridade se entrega duplamente: por gratuidade ou por reconciliação. Aqui está a identidade e a cruz do amor cristão. Sabemos que a Igreja é formada por membros frágeis e pecadores, mas que possuem uma qualidade transcendental, que é a de sustentar-se e fundamentar-se em Jesus Cristo.

4. A este respeito, recordo a experiência de um grande amigo, natural do Vietnã, Dom F. X. Nguyen Van Thuan, nomeado Cardeal pelo Papa João Paulo II. Ele viveu durante 13 anos o sofrimento do cárcere e morreu no mês de dezembro de 2002. O Papa João Paulo II, presidindo seu funeral, na homilia manifestou: “O seu segredo era uma confiança indômita em Deus, alimentada pela oração e pelo sofrimento aceito com amor. Na prisão, ele celebrava em cada dia a Eucaristia com três gotas de vinho e uma gota de água na palma da sua mão. Este era o seu altar, a sua catedral. **O Corpo de Cristo era o seu remédio.** Por isso, narrava com emoção: ‘Todas as vezes eu tinha a oportunidade de estender as minhas mãos e de me cravar na Cruz juntamente com Jesus, de beber com Ele o cálice mais amargo. Em cada dia, recitando as palavras da consagração, eu confirmava com todo o meu coração e com toda a minha alma um novo pacto, uma aliança eterna entre mim e Jesus, mediante o seu Sangue que se misturava ao meu’. Em seu testamento espiritual, depois de pedir perdão, o pranteado cardeal assegurava que estava tranquilo de morrer e que não conservava ódio de ninguém, oferecendo todos os sofrimentos a Deus através de Maria e São José”. Só com o sacrifício de si mesmo o cristão contribui para a salvação do mundo. **A experiência dos perseguidos, como aconteceu com o Cardeal Van Thuan, transforma as pessoas em sinais e agentes de reconciliação em meio à sociedade, mesmo que esta lhes volte os ombros.** Sempre houve necessidade de arautos do amor e testemunhas do crucificado. São os únicos que levam à sociedade um ar novo de esperança.

5. Este triênio preparatório para o Sínodo (2009-2011) **tem sido uma oportunidade para cada um de nós e todas as nossas comunidades renovarmos o compromisso perene de mergulhar no mistério da Igreja:** A Igreja se alimenta da Palavra de Deus para encarná-la na concretude da vida (1º ano). A Igreja celebra os arcanos mistérios, especialmente a Sagrada Eucaristia, através dos quais ela se edifica, desabrocha na caridade e o sacerdócio cristão é exercido (2º ano). A Igreja dá testemunho de Cristo, colocando-se a serviço dos irmãos (3º ano).

6. Consciente da realidade do mundo concreto em que está inserida, realidade que procura conhecer, amar e evangelizar, a Arquidiocese de Goiânia, neste terceiro ano de preparação para o Sínodo, concentra sua atenção pastoral no tema do Amor, da

Caridade. A verdadeira Caridade brota do amor trinitário de Deus, fortalece-se na mensagem bíblica e no magistério da Igreja, alimenta-se na Eucaristia, consolida-se na vivência fraterna da comunidade cristã e deve ser universal, gratuita e criativa.

I O AMOR

7. Jesus aparece na história humana precisamente para revelar-nos o autêntico “amor”. **Ele nos revela o grande segredo do amor, sem ambiguidades, ao revelar-nos a intimidade de Deus.** É a descoberta mais maravilhosa do Evangelho, insuperável em todas as épocas da história humana. É o que chamamos de **mistério da Santíssima Trindade**. É tão extraordinário que mesmo que usemos a expressão mais exata para definir esse amor, mesmo assim, ela é opaca e ficamos à distância infinita de captar sua realidade. Na verdade, Deus é tão imenso, admirável e fascinante, que o melhor que se disse dele é que Ele é **“Amor”** (1Jo 4,8).

8. Tal mistério de amor, para ser conhecido nesta vida mortal, tem necessidade de uma ulterior manifestação divina. Deus não recusa essa expectativa: **eis a Revelação.** No Mistério Trinitário aparece radiante que Deus é comunhão amorosa de três pessoas. E a pessoa não é uma ilha. Ser pessoa consiste em ser uma permanente e recíproca referência umas às outras. Assim também se dá em relação ao Mistério Trinitário: o Pai é tal em relação ao Filho e o Filho o é enquanto existe em referência ao Pai. Como um e outro se amam não a si mesmos, mas um ama o outro de **forma recíproca**, absoluta e incondicional, o amor dos dois é a terceira pessoa da Trindade: o Espírito Santo, que é a efusão amorosa do Pai e do Filho **admirando-se** um ao outro. O nosso Deus, que chamamos Trindade, o Verdadeiro, o Vivente, o Eterno, o Infinito, é um Deus não voltado sobre a unicidade de si mesmo. **É um Deus no qual cada Pessoa se despoja de si mesma e, em lugar de contemplar-se a si mesma,** é pura referência à outra. Nosso Deus é um eterno e infinito **jogo de comunhão** de Três Pessoas. **É puro amor.**

9. Aqui reside o fato gratuito e maravilhoso da revelação da Santíssima Trindade: **“Muitas vezes e de modos diversos falou Deus, outrora, aos nossos Pais pelos profetas; agora, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do seu Filho”** (Hb 1,1-2). Verdadeiro Deus, em sua profunda e íntima verdade, não é um Deus que oprime e castiga, não um Deus temível, à espreita de condenações e sofrimentos. Pelo contrário, ao revelar-se, Ele mesmo é doador e formador de amor no ser humano. Por isso, toda a criação – e de modo particular, o ser humano – é um reflexo, uma transparência de **Deus-Amor**. Então, nós que recebemos o dom da fé no mistério de Deus Pai, Filho e Espírito Santo, temos de viver em permanente louvor e amorosa ação de graças a Deus, que nos ama. Somente assim o ser humano vive a alegria de ser capaz de amar de verdade, longe do estéril narcisismo e do duro egoísmo, totalmente entregue a uma vida de fecunda solidariedade, construindo uma sociedade-comunidade de amor

em comunhão de pessoas. É a nova civilização de Amor, meta e missão de todos os discípulos de **Jesus**.

Amor Vem de Deus

10. “Deus nos amou primeiro” (cf. 1 Jo 4,10.19). São características do amor tomar a iniciativa, movimentar-se, dar de si, cobrir a pessoa amada de favores e de graças. **Diz-se que o amor é difusivo, e Deus quer efundir a plenitude do amor que se encontra na vida trinitária, através da criação do universo.** A ele nada faltava para ser feliz, possuía todo bem, de um modo superior a qualquer coisa que possamos imaginar (cf. 1Cor 2,7-11). Por livre ato de sua vontade, Deus quis que suas criaturas participassem da sua alegria e da sua plenitude. Eis a criação, com suas maravilhas, seus segredos e suas leis; eis o homem, ser inteligente, criativo, livre e capaz de se desenvolver e de progredir, capaz de compreender e de amar.

11. Dotado de razão, o homem sente necessidade de indagar sobre as causas do ser e de suas mudanças, dos fenômenos físicos e químicos, do mundo externo e interno. Eis a estrada para se chegar do efeito à causa, da criatura ao Criador, do homem a Deus (cf. Sb 13,1-9; Rm 1,20-23), **a estrada para se reconhecer no amor de Deus o princípio primeiro de cada ser.** Na criação resplandece o amor de Deus.

12. A revelação do amor de Deus foi gradual: Deus se adaptou à nossa humana natureza, procedendo, em sua manifestação, com um ritmo lento, mas muito interessante. O Antigo Testamento poderia ser chamado de história do amor de Deus para com o ser humano. “Israel é meu filho, o meu primogênito” (Ex 4,22). **Deus se aproxima do homem,** quer estabelecer com ele um diálogo, uma aliança; com delicadeza, ele compara o Seu amor ao de um esposo; lamenta quando não é correspondido, mas está sempre pronto a perdoar.

13. “**Com amor eterno eu te ameï**” é a declaração que algumas vezes ocorre nas Escrituras: Dt 4,37; 10,15; Jr 31,3; Sf 3,17; Ml 1,2. “*Apesar de tuas infidelidades... eu te conservei sempre a minha piedade*” (cf. Ex 16). Israel percebe isso, e por boca do salmista repete nas cerimônias mais solenes: “*Louvai o Senhor, porque ele é bom, eterna é a sua misericórdia*” (Sl 136,1).

Amor a Deus e ao Próximo

14. No preceito do amor, Israel reconhece e retribui o amor de Deus. No Antigo Testamento começa-se a vislumbrar o que será o mandamento novo, que a revelação de Cristo porá em evidência, isto é, o amor ao próximo (Jo 13,34). **O amor a Deus, com**

feito, não apenas deve ser demonstrado no culto ou nos deveres religiosos, mas também na vida doméstica e social. Daí a obrigação da justiça, da hospitalidade, da compaixão para com a viúva, o órfão e o peregrino; numa palavra, para com o próximo, que deve ser amado como nós mesmos (cf. Lv 19,18). O termo “próximo” no Antigo Testamento não tem a mesma extensão que se encontra no Evangelho. Para os hebreus, “próximos” eram apenas aqueles da sua família, da sua tribo, quanto muito, todos os filhos de Abraão. Os outros, os gentios ou pagãos eram classificados como cães (cf. Mt 15,26-27). Contudo, era já sintomático que certo número de pessoas, com as quais se vivia, devia ser estimado e amado como a si mesmo. Talvez porque eram filhos do mesmo pai, Abraão, ou existia alguma outra razão mais profunda, desconhecida deles, mas que, mais dia, menos dia, Deus iria se manifestar aos homens.

15. Jesus nos deu a resposta para essas possibilidades, apresentando-nos o preceito do amor numa dimensão absolutamente nova. Todos nós conhecemos o trecho do Evangelho. Apresentou-se a Jesus um fariseu e lhe perguntou: “Mestre, qual é o maior mandamento da Lei?”. A pergunta era bastante comprometedora. A Lei antiga apresentava tantos preceitos, que era difícil, mesmo para alguém familiarizado com a leitura da Bíblia, discernir qual entre eles seria o mais importante. Os próprios fariseus elencavam 613 preceitos. A resposta de Jesus foi precisa: “Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Esse é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Desses dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas” (cf. Mt 22,34-40). Chegamos assim, ao centro do Evangelho. Não se trata de questão marginal, mas de questão essencial. **A aproximação do amor de Deus ao amor do próximo tem algo de misterioso.** Os dois preceitos, com efeito, são infinitamente distantes, como infinitamente são os dois termos homem e Deus. Se Jesus os aproximou, isto quer dizer que há algo de escondido e de sobrenatural, que o homem e Deus têm em comum. É o mistério adorável da nossa adoção como filhos de Deus (1Jo 3,1-2; Rm 8,14-17; Gl 3,27).

16. Amor de Deus e amor ao próximo também é esclarecido no Evangelho de Lucas, quando Jesus responde à pergunta: “E quem é o meu próximo?” (Lc 10,29). Ele mostra o alcance da palavra próximo, expondo a parábola do Bom Samaritano, da qual se podia deduzir, que o próximo não era apenas o familiar, o parente, o concidadão, ou o conterrâneo, mas também o estranho, o forasteiro, o desconhecido e até o inimigo (cf. Lc 10,25-37). **Com uma simples afirmação, Jesus supera as barreiras de classe, de nacionalismo, de raça, de cor e abre uma perspectiva nova, universal, fundada na justiça, iluminada pela verdade, vivificada pelo amor.** O Evangelho não é apenas uma doutrina apta a regular as relações do homem com Deus, uma doutrina desencarnada, como muitos quiseram denominá-la, e que leva o ser humano a distanciar-se dos problemas temporais e das situações existenciais. O Evangelho contém também princípios sociais para uma convivência livre e segura e para a promoção plena e completa da pessoa humana. O Evangelho de Cristo não foi anunciado a homens irrealis, mas a homens de todo tempo e lugar, a homens que vivem com esforço o caminho da virtude e da verdade: foi válido ontem, é válido hoje e será válido amanhã e para sempre.

Mandamento do Amor

17. Por quanto sublime nos possa parecer o imperativo do amor ao próximo como a nós mesmos, devemos acrescentar que, no Evangelho, o preceito da caridade abre horizontes **ainda mais altos e propõe metas ainda mais distantes do que o nível das relações interpessoais**. Vejamos o que disse Jesus no discurso da última ceia: **“Eu vos dou um novo mandamento: amai-vos uns aos outros. Como eu vos amei, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros”** (Jo 13,34). **“Este é o meu mandamento, que vos ameis uns aos outros como eu vos amei”** (Jo 15,12). Procuremos entender bem essas palavras. É o momento da despedida. Os apóstolos esperam de Jesus palavras supremas, o seu testamento, o viático que os acompanhará pelas estradas do mundo. O Senhor, divinamente consciente da importância das suas palavras, recorda ainda o seu mandamento: **“Amai-vos como eu vos amei”**. O cristão que, pelo batismo, se tornou filho de Deus, foi inserido também no corpo místico de Cristo, do qual se tornou membro vivo, mediante a ação do Espírito Santo (cf. 1Cor 12,12-13). **A vida de Jesus se tornou sua vida; os méritos de Jesus tornaram-se os seus méritos. Essas são verdades que causam vertigens, mas o cristão está acostumado a estas alturas, afinal não se espanta mais com nada, porque o amor de Jesus por ele é infinito.** Ele sabe que, vivendo com Jesus através do Seu Corpo Místico que é a Igreja, pode voltar confiante os seus olhos para o céu e repetir com toda humildade, mas também com toda verdade: **“Pai nosso que estais no céu!”** (Mt 6,9). A graça o divinizou por mérito de Jesus, **ele pode amar “como Deus ama”**.

18. Parece, então, natural a pergunta: **“Como, concretamente, Jesus nos amou?”** A resposta brota límpida de cada página do Evangelho. Jesus nos amou desde o nascimento no pobre presépio de Belém, até fugir errante para a terra do Egito, até transcorrer a quase totalidade de sua vida numa aldeia desconhecida da Galileia. Por nosso amor, Ele, Palavra vivente, anunciou a mensagem da salvação, realizou prodígios para o bem dos pobres e dos enfermos, deixou-nos a Igreja que nos dá os sacramentos. Mas para Ele era ainda muito pouco: amou-nos até dar a si mesmo nos braços da morte, para que nós, da sua morte, obtivéssemos a vida. **“Ele me amou e se entregou por mim”** (Gl 2,20). **O seu amor foi de pura benevolência, isento de qualquer interesse e de egoísmo, um amor que doa, cria, se imola para o bem da pessoa amada.** Assim também deve ser o nosso amor ao próximo; um amor “novo”, sem limites, que abraça a todos, que não se detém diante do mal, mas que se estende até aos inimigos, conforme ao ensinamento do próprio Jesus: **“Amai os vossos inimigos”** (Lc 6,27). De forma que a caridade se transforma em experiência de conversão. **O exercício da caridade é uma sábia e santa forma de evangelizar.**

19. A evangelização não pode restringir-se aos que se movem no espaço dos nossos templos; antes, **deve enviar-nos, com espírito criativo e dinamismo missionário, a todas as pessoas, famílias, a todos os grupos e povos, para fazermos da caridade cristã e da solidariedade afetiva e efetiva “um sinal visível e expressivo da verdadeira Igreja de Jesus Cristo”** e um testemunho inequívoco e imprescindível

da nossa fé. “Sem ações em favor da justiça e sem a solidariedade da Igreja em favor dos que sofrem, o Evangelho resulta incompreensível”, recorda-nos o Sínodo dos Bispos de 1974. João Paulo II, dirigindo-se a nosso continente, sustentou que “a conversão ao Evangelho, para o Povo cristão que vive na América, significa rever todos os ambientes e dimensões da vida, especialmente tudo o que diz respeito à ordem social e consecução do bem comum” (*Ecclesia in America*, 27).

20. O modo de agir cristão e de viver a caridade contribuirá para a construção de uma imagem mais viva e participativa da Igreja, “a casa e a escola de comunhão” (*Novo Millenium Ineunte*, 43), fortalecerá a fé enfraquecida de muitos, reencontrará outros que se afastaram da Igreja e irá à procura de tantos que vivem a saudade de Deus. **A caridade evangeliza a cultura e tudo quanto é humano, e deve estar atenta a tantas vítimas da miséria, proveniente de uma civilização do consumo, da aparência e da abundância.** Neste urgente serviço da justiça e da caridade, deixemo-nos conduzir pelo Espírito de Deus, que procede do Pai e do Filho, que atua no mundo e guia a Igreja.

Regra de Ouro do Amor

21. **“Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós também a eles. Pois nisso consistem a Lei e os profetas”** (Mt 7,12). São Paulo explica que as palavras do Senhor não devem ser entendidas como revogação da Lei. O próprio Jesus disse que viera não para abolir, mas para dar-lhe pleno cumprimento (cf. Mt 5,17), para aperfeiçoar a própria Lei, a fim de que, quem pratica sinceramente a caridade deva de fato praticar também as outras virtudes. “Não devais nada a ninguém, a não ser o amor mútuo, pois quem ama o outro cumpriu a Lei. De fato, os preceitos: Não cometerás adultério, não matarás, não cobiçarás, e todos os outros se resumem nesta sentença: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. A caridade não pratica o mal contra o próximo. Portanto, o amor é a plenitude da Lei” (Rm 13, 8-10).

22. Vêm à mente as palavras de Santo Agostinho: **“Ama e faze o que queres”**. Quando alguém chega a amar segundo as exigências do Evangelho, não se deve preocupar com a bondade de cada ação tomada isoladamente, porque perceberá facilmente que todos os seus pensamentos e as suas obras, motivadas pelo amor, serão também conforme as prescrições da Lei.

II SERVIÇO DA CARIDADE

Unidade na Diversidade

23. Narra o Evangelho que, terminado o discurso da última ceia, Jesus dirigiu a sua palavra diretamente ao Pai e lhe disse: “Que todos sejam um. Como tu, Pai, estás em

mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21). Não se trata de uma recomendação feita aos homens, mas de uma oração dirigida a Deus, em favor dos homens. Aqui tocamos com a mão o vértice do mistério e do amor. A fé, com efeito, nos ensina que há um só Deus, mas em três pessoas, realmente distintas, Pai, Filho e Espírito Santo. Unidade absoluta, perfeita, simplíssima. Pois bem, esta unidade, dadas as devidas proporções, Jesus quer que seja alcançada pelos cristãos, mediante a virtude da caridade. Unidade ilustrada pelas imagens neotestamentárias do corpo e da videira.

24. O amor não conhece fronteiras. **O importante é amar como Deus ama.** O mundo marcha indubitavelmente para a unidade ainda que com uma conotação fortemente tecnológica e econômica. A cada dia desabam barreiras que separaram, durante séculos, homens e culturas, nacionalidades e civilizações diferentes. A rádio, a TV, a internet e outros meios modernos tornam-nos próximos de pessoas e de fatos que, outrora, jamais poderíamos conhecer. As ideias, os sofrimentos e os desejos de muitos podem se tornar, no espaço de um dia, ideias e desejos de todos os homens. Vai-se realizando, assim, o desígnio de Deus para os seus filhos, que é de paz, de amor e de fraternidade. Nesse processo gerador de unidade, o Senhor exige também a nossa participação. Devemos compreender e, sobretudo, viver melhor o preceito do amor fraterno, tanto entre nós da família arquidiocesana quanto com as demais pessoas do mundo inteiro. Este é um dos mais bonitos testemunho de Cristo Ressuscitado, porque “nisto todos reconhecerão que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo 13,35).

25. O amor misericordioso do Divino Pai Eterno traça-nos o caminho a percorrer neste terceiro ano de preparação para o Sínodo Arquidiocesano. Anima-nos neste propósito pastoral o Evangelho de Jesus que nos envia a proclamar a Boa-Nova aos pobres. Ilumina-nos em nosso agir o magistério mais recente da Igreja, desde Leão XIII, com a Encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891, até os nossos dias, com as Encíclicas “*Deus Caritas Est*” e a “*Caritas in Veritate*”, de Bento XVI. O *Catecismo da Igreja Católica* (n. 1889) ensina que “a caridade representa o maior mandamento social. Respeita o outro e seus direitos. Exige a prática da justiça, e só ela nos torna capazes de praticá-la. Inspira uma vida de autodoação: Quem procurar ganhar sua vida vai perdê-la, e quem a perder vai conservá-la” (Lc 17,33).

26. A Igreja proclama diariamente o cântico do *Magnificat*, louvando o Deus da Aliança, que “exalta os humildes” e “enche de bens os famintos” (Lc 1,52-53). Faz-nos bem recordar as palavras do Apóstolo São João: “Se alguém, possuindo bens deste mundo, vê o seu irmão na necessidade e lhe fecha o coração, como permanecerá nele o amor de Deus?” (1Jo 3, 17). Ao comentar essa carta de São João, o bispo Santo Agostinho diz-nos: “São João nos ensina a não amar por palavras e linguagem, mas com atos e de verdade. A questão é de saber com quais atos e verdade, reconheceremos quem ama a Deus e quem ama o seu irmão”. E Santo Agostinho conclui: “É necessário colocarmo-nos diante de Deus para julgar a intenção com que agimos” (Tratado VI, 1, p. 277).

Dimensão Eucarística

27. Dizer que a caridade tem uma dimensão eucarística significa ligá-la à sua única fonte de sustento, Cristo, Amor feito carne, sem o qual a caridade perde a sua alma e a sua força, para se tornar simples “solidarismo”. Se acreditamos no Amor, devemos acreditar na eficácia e no poder realmente revolucionário da caridade, que na Eucaristia encontra a sua perene veia de animação para transformar-se em “serviço operante” em prol dos irmãos. **Quando a Eucaristia não produz uma grande “carga” de fraternidade cristã, é sinal de que os cristãos não a recebem e não a vivem em sua plenitude.** Este é o ensinamento bimilenar da Igreja, confirmado pelo Concílio Vaticano II: “Os sacramentos, principalmente a Sagrada Eucaristia, comunicam e alimentam a caridade para com Deus e para com os homens, a alma de todo apostolado” (*Lumen Gentium*, 33). “Não se edifica nenhuma comunidade cristã, se ela não tiver por raiz e centro a celebração da Santíssima Eucaristia: por ela, há de iniciar-se por isso toda educação do espírito comunitário. Para esta celebração, no entanto, realizar-se de maneira sincera e plena, deve constituir-se da mesma forma em canal para as múltiplas obras de caridade e auxílio mútuo, para a ação missionária, como ainda para as várias formas de testemunho cristão” (*Presbyterorum Ordinis*, 1159).

28. **A Eucaristia é um tesouro inestimável. Não somente durante o ato sacramental, mas, também, após sua celebração, conseguimos chegar ao manancial da graça.** O Papa Paulo VI nos animava exortando-nos: “Durante o dia, não deixem de visitar o Santíssimo Sacramento, que se deve conservar nas igrejas no lugar mais digno, e com máxima honra, segundo as leis litúrgicas; cada visita é prova de gratidão, sinal de amor e dever de adoração a Cristo Senhor nosso, ali presente.” (*Mysterium Fidei*, 68). Crer no Senhor presente no Santíssimo Sacramento comporta para os que participam da Eucaristia o **compromisso de transformar a vida**, para que toda ela chegue a ser, de certo modo, “eucarística” (*Ecclesia de Eucharistia*, 20).

29. Procuremos ser generosos e dar a Deus o que nos pede, sem reservar-nos nada, desprendidos de tudo. Que ao empreender qualquer tarefa, nos esforcemos por multiplicar os valores da solidariedade e a busca do bem comum, para que as relações sociais sejam cada vez mais sinal palpável de uma convivência fraterna. O Evangelho deve reviver-se em nossa vida cotidiana numa doação pessoal. E esse dar-se deve se concretizar nas coisas pequenas de cada dia, na família, no trabalho, na comunidade paroquial, com os que estão mais próximos, com os irmãos mais pobres e necessitados e com os enfermos. Que nossos problemas, nossas dificuldades e nossos contratempos não se convertam em desculpa para não nos darmos a Deus e aos irmãos, nem para nos esquivarmos do compromisso na vida social.

30. A Igreja necessita da riqueza de nossos dons: tempo e talentos, desejos de trabalhar por mais justiça, fraternidade e solidariedade. E também do aporte econômico, para sustentar a comunidade em que cada um de nós, por Jesus e pelo Evangelho, vive e trabalha. A Igreja precisa de nossa ajuda entusiasta e comprometida que nasce do amor de Deus.

Sacerdote: Homem da Caridade

31. Ao longo deste ano em que refletiremos sobre a Caridade e no qual celebramos o ano vocacional, convido todos a reconhecerem o serviço dos sacerdotes no campo da caridade e agradecerem o muito que eles têm feito. Os sacerdotes não são unicamente os homens do culto e da palavra, mas são também os homens da caridade, que têm uma tarefa muito importante a realizar na animação da caridade e na missão de presidir a comunidade na caridade.

32. O ministério da caridade pertence a todo sacerdote por seu batismo e pela sacramentalidade na qual foi investido em vista de ser servidor do Evangelho. A caridade também é tarefa de todo fiel na Igreja. Porém, pertence ao sacerdote por outras razões mais particulares e profundas que nascem de sua identidade e de seu ministério sacerdotal, como sua configuração a Cristo, Cabeça e Pastor da Igreja. Assim se expressa João Paulo II: “O presbítero participa da consagração e missão de Cristo de um modo específico e autêntico, ou seja, mediante o sacramento da Ordem, em virtude do qual está configurado em seu ser com Cristo Cabeça e Pastor, e compartilha a missão de ‘anunciar aos pobres a Boa Notícia’ em nome e na pessoa do próprio Cristo” (*Pastores Dabo Vobis*, 18). Como Jesus, Bom Pastor, o sacerdote é chamado a cuidar de todas as ovelhas e a saciar sua fome e sua sede, mas com especial cuidado busca a perdida, cura a ferida, reincorpora a descarrilhada da comunidade. Como o Coração de Jesus, também o coração do sacerdote se comove, se compadece com sentimento de amor diante do leproso, diante do ferido no caminho, diante do excluído, diante dos famintos e torna presente para os pobres e desvalidos o amor misericordioso de Deus. Com Cristo Sacerdote os presbíteros são chamados a fazer de suas vidas uma oferenda viva a serviço dos irmãos, de tal maneira que seu amor aos outros encontre sua maior realização na própria entrega.

O serviço da caridade para todo cristão, mas de maneira particular para os sacerdotes, adquire sua verdadeira dimensão como expressão do amor de Deus quando adquire a forma do dom de si mesmo, similar ao dom do próprio Jesus Cristo. Como diz Bento XVI: “O coração da *Caritas* é o amor sacrificial de Cristo, e cada forma de caridade individual e organizada na Igreja deve encontrar sempre o seu ponto de referência nele, que constitui a nascente da caridade”. Só assim, acrescenta ainda, a atividade caritativa “torna-se um gesto verdadeiramente digno da pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus” (*Discurso aos participantes na XVIII Assembleia Geral da Caritas Internationalis*, 8 de junho de 2007).

33. Esta oferenda da própria vida se expressa de maneira sacramental na Eucaristia e de modo existencial no serviço aos pobres. Os sacerdotes, na Eucaristia, oferecem ao Pai a vida entregue de Jesus para a salvação do mundo e, junto com Jesus, oferecem sua própria vida entregue para a salvação dos homens.

34. À imagem de Jesus e unidos a Ele, os sacerdotes celebram a Eucaristia que, nas palavras de Bento XVI, “arrasta-nos ao ato oblato de sua entrega” (cf. *Deus Caritas Est*, 13). Daí porque a Eucaristia, mistério de morte e ressurreição, mistério de Paixão

(Amor), seja a fonte da espiritualidade que leva os sacerdotes a fazerem-se dom, entrega total e generosa, até dar a vida, por amor, a serviço dos irmãos, especialmente dos mais pobres.

35. O ministério da caridade pertence ao sacerdote por sua missão à frente da comunidade. Se a caridade é algo que pertence à natureza da Igreja e, em consequência, a toda a comunidade cristã, é tarefa do sacerdote fazer que na comunidade cristã se viva e se expresse o serviço aos pobres. Compete ao sacerdote procurar que cada um de seus fiéis seja conduzido pelo Espírito “à caridade sincera e diligente” (*Pastores Dabo Vobis*, 6). Isto significa que se são tarefas do sacerdote o ministério da Palavra e o ministério dos Sacramentos, é também missão sua o ministério da caridade, como nos ensinou o Concílio e nos recordou o Venerável Papa João Paulo II. E se é sua tarefa presidir a comunidade no anúncio da Palavra e na celebração da fé, de igual modo, é sua tarefa presidi-la na caridade. Se o sacerdote é o ministro da comunhão na comunidade, e não há comunidade sem *kerygma*, sem liturgia e sem diaconia, não pode haver ministério completo na comunidade sem o exercício e animação da caridade. Uma caridade que o sacerdote, de maneira ordinária, exerce no âmbito privilegiado de seu campo de ação, que é a Paróquia (cf. *Deus Caritas Est*, 25).

36. “Recordo, no entanto, que a caridade não é só tarefa individual do sacerdote, mas missão e identidade comunitária e, em consequência, requer organização e programação. É neste contexto da dimensão comunitária que se compreende e se exerce adequadamente a tarefa de presidir na caridade. Desse modo, o sacerdote não pode monopolizar a ação caritativa e social, como se fosse algo que competisse apenas a ele, mas precisa sensibilizar a comunidade sobre a dimensão caritativa e social da vida cristã, promover a corresponsabilidade, implicar nela os órgãos de comunhão e participação da comunidade paroquial e favorecer a coordenação da ação caritativa e social tanto no âmbito intraeclesial como no social”.

37. “Dou graças, Senhor, por nossos sacerdotes e peço por eles e por seu serviço generoso aos mais necessitados. Que, configurados a Cristo Pastor, seu coração se comova sempre diante dos pobres, dos famintos, dos excluídos, dos marginalizados. Peço ao Senhor que, identificados com Cristo Sacerdote, renovem com alegria a oferta de suas vidas em cada Eucaristia a serviço da salvação de todos os homens. Que do seio de nossas comunidades cristãs surjam muitas vocações sacerdotais para animar e presidir em nossa Igreja o exercício organizado da caridade” (cf. *Pastores Dabo Vobis*, 20-31).

Diáconos: Agentes da Caridade

38. Nossa Arquidiocese se aproxima do tempo de acolher novos diáconos permanentes. A Escola Diaconal Santo Estêvão, criada em 2006, deu início à fase acadêmica da formação diaconal em 2007. A primeira turma, tendo concluído o curso, a partir deste

ano será admitida ao ano propedêutico e realizará seu estágio pastoral, preparando-se para o acolhimento dos ministérios iniciais que antecederão a investidura diaconal. É uma fase de profundo discernimento que a todos envolve: bispo, direção da Escola, candidatos e suas famílias e as comunidades paroquiais nas quais estão inseridos.

39. O Diácono deve ser, ele mesmo, ícone do serviço para toda a comunidade e para a Igreja arquidiocesana, realizando e ajudando a realizar o ministério de amor que toda a Igreja é chamada a concretizar em meio ao mundo. Lembro o que disse nosso saudoso Dom Luciano Mendes de Almeida numa palestra para a Comissão Nacional dos Diáconos: “O diácono é a expressão do ministério ordenado o mais próximo possível da realidade laical e do protagonismo dos leigos. É o diácono um homem que, pertencente ao clero diocesano, está mais próximo da realidade dos leigos. A dupla pertença sacramental o faz ser colaborador da Igreja na santificação do mundo, estando no mundo e vivendo em meio à família, à profissão que exerce, na realidade onde está e de onde provê suas necessidades.

40. Desde os tempos mais remotos na história do cristianismo, o diaconato está associado à mesa da comunhão e à caridade. “Pela caridade, colocai-vos a serviço uns dos outros” (Gl 5,13). Vivem no seguimento radical a Jesus Cristo, operando em meio ao mundo, na realidade social e profissional em que vivem, o testemunho do admirável amor daqu’Ele que foi capaz de se entregar à morte, e morte de Cruz, pela redenção da humanidade. Portanto, o diácono permanente entrega-se à Igreja para ser, com sua família, testemunho vivo da alegria de ser de Cristo e de servi-lo, na gratuidade e na radicalidade de sua dupla sacramentalidade. E o diácono, transitório ou permanente, com a graça sacramental recebida, deve ajudar a Igreja, mediante o Amor, a transformar a vida humana, sobretudo onde ela se encontra mais ameaçada, perseguida e, até mesmo, banalizada, a realizar o seu destino último: ser de Deus, donde provém.

III A CARIDADE NO MAGISTÉRIO SOCIAL DA IGREJA

41. O que chamamos Doutrina Social da Igreja provém do Evangelho. É o Evangelho de Jesus Cristo aplicado à vida social do homem. É a sua ressonância temporal. E, assim como a Igreja não pode calar o Evangelho, tampouco pode silenciar sua Doutrina Social. Ninguém precisa temê-la. A Igreja a anuncia a favor do homem e da paz social, para o serviço de todos.

Doutrina Social

42. “Doutrina Social da Igreja é o ensino do Magistério em matéria social e contém princípios, critérios e orientações para a atuação do crente na tarefa de transformar o mundo segundo o projeto de Deus. O ensino do pensamento social da Igreja ‘forma parte da sua missão evangelizadora’” (*Sollicitudo Rei Socialis*, 41). Essa doutrina tem o valor de um instrumento de evangelização, porque “ilumina a vivência concreta de nossa fé” (Santo Domingo, 158; cf. *Centesimus Annus*, 54). Por isso, na Pastoral Social,

é não apenas de grande importância, mas indispensável, o ensino do magistério social da Igreja para iluminar a tarefa dos agentes evangelizadores frente à realidade que lhes toca evangelizar e dar a eles elementos para os caminhos de ação. Hoje, graças a Deus, contamos com um instrumento valiosíssimo que é o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, texto que todos os agentes da pastoral social têm de estudar profundamente, encontrando nele as luzes para a ação pastoral.

43. “Ante os graves problemas de ordem social que, com características diversas, existem em toda a América, o católico sabe que pode encontrar na DSI a resposta da qual partir para buscar soluções concretas. Difundir esta doutrina constitui, pois, uma verdadeira prioridade pastoral. Para isso é importante que na América os agentes de evangelização (bispos, sacerdotes, professores, animadores pastorais etc.) assimilem este tesouro que é a *Doutrina Social da Igreja* e, iluminados por ela, se façam capazes de ler a realidade atual e de buscar vias de ação. A este respeito é preciso fomentar a formação dos fiéis leigos capazes de trabalhar, em nome da fé em Cristo, para a transformação das realidades terrenas” (cf. *Ecclesia in America*, 54). Paulo VI lembra, na bela Exortação publicada depois do Sínodo dos Bispos de 1974: “A evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda pessoa humana, sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível, sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação” (*Evangelii Nuntiandi*, 29).

44. A Doutrina Social da Igreja em sua essência, não é mais que a aplicação do Evangelho às circunstâncias concretas da vida dos homens, em nossa sociedade e em nosso tempo. E, logicamente, parte-se de um princípio indiscutível, que não podia ser outro a não ser este: a **dignidade do ser humano**. Daí brotam os direitos fundamentais e inalienáveis de toda pessoa, desde a concepção até a morte natural. Não importa sua condição, seja homem ou mulher, rico ou pobre, inocente ou réu.

45. Fixemo-nos, agora, nos cinco princípios básicos da Doutrina Social da Igreja. O **primeiro princípio** sobre o qual se apoia a Doutrina Social é o “**bem comum**”. “A pessoa não pode encontrar plena realização somente em si mesma, prescindindo do seu ser 'com' e 'pelos' outros” (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 165). Quer dizer, prescindindo de seu ser com e para os outros. E essa construção do bem comum se verificará, precisamente, na promoção e defesa dos membros mais frágeis e desprotegidos da comunidade. O segundo princípio refere-se à **destinação universal dos bens**. Esse princípio afirma que as pessoas não podem prescindir dos bens materiais que lhes garantam responder dignamente às suas necessidades vitais básicas (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 171). O terceiro é o **princípio da subsidiariedade**, que indica a impossibilidade de cuidar da sociedade sem zelar pelos grupos sociais, como a família, sem o excesso de assistencialismo por parte do Estado. O quarto princípio reside na afirmação da **participação**, “que se exprime,

essencialmente, em uma série de atividades mediante as quais o cidadão, como indivíduo ou associado com outros, diretamente ou por meio de representantes, contribui para a vida cultural, econômica, política e social da comunidade civil a que pertence” (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 189). O quinto princípio é o **princípio da solidariedade**, que é expresso na consciência “do liame de interdependência entre os homens e os povos” (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 192).

46. Esses cinco princípios são como pilares que sustentam a ação social também em nossa Arquidiocese. Procuremos de modo concreto os meios de realizá-los e os desafios que são vivenciados em cada um dos princípios.

47. O formidável magistério do Papa Bento XVI, com suas Encíclicas *Deus Caritas Est* e *Caritas in Veritate*, assume, de forma nova e com linguagem atual, a mensagem evangélica de sempre, e relança-nos com determinação e coragem no caminho que a Igreja nunca deixou de percorrer: o caminho do amor a Deus e do serviço aos irmãos. Aqui se consubstancia o essencial e o mais sublime da vida e da missão da Igreja. É ainda Bento XVI que, na Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Eucaristia, *Sacramentum Caritatis*, nos recorda que a Eucaristia é pão repartido para a vida do mundo. Escreve o Papa Bento XVI: “Devemos denunciar quem dilapida as riquezas da terra provocando desigualdades que bradam ao céu. É impossível calar diante das imagens impressionantes dos grandes campos de deslocados e refugiados. Porventura estes seres humanos não são nossos irmãos e irmãs? Os seus filhos não vieram ao mundo com os mesmos e legítimos anseios de felicidade que os outros? Pode-se afirmar que bastaria menos da metade das somas imensas destinadas ao armamento para tirar, de forma estável da indigência o exército ilimitado dos pobres” (*Sacramentum Caritatis*, 90).

48. O Documento de Aparecida, manancial de doutrina que urge a todos conhecer e praticar, afirma: “Nossa fé proclama que Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem”. Por isso, “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza. Essa opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito homem, que se fez nosso irmão. Opção, no entanto, não exclusiva, nem excludente” (Documento de Aparecida, 392).

49. O amor aos pobres é um aspecto desconcertante do mistério da caridade. Diz São João da Cruz que ao termo da nossa vida nós seremos julgados sobre o amor. O nosso pensamento corre imediatamente à cena do Juízo Universal, descrito com palavras dramáticas pelo próprio Jesus. Delas aprendemos que o juízo de cada homem dependerá do amor que ele terá tido aos seus irmãos mais necessitados: “Vinde, benditos do meu Pai, recebei o Reino preparado para vós desde a fundação do mundo. Pois tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber, estive nu e me vestistes, era forasteiro e me recolhestes” (Mt 25,34-36). Assim, os maus serão excluídos do Reino: “Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, porque tive fome e não me destes de comer, tive sede e não me destes de beber, estive nu e não me vestistes, fui forasteiro e

não me recolhestes” (Mt 25,41-43). Jesus não diz: “o teu irmão estava com fome e lhe destes de comer”, mas, sim, “**eu** tive fome e me destes de comer”. A identificação do pobre com Jesus é perfeita. Com outras palavras: Deus não precisa de nada, porque tem tudo, mas considera feito a si próprio tudo o que se fizer aos mais pequeninos dos seus irmãos (cf Mt 25,40.45). Mas aqui é preciso também lembrar que entre todos os pobres, os mais necessitados são os pecadores, porque privados da amizade com Deus, e porque, com frequência, sem consciência de sua própria miséria. A pobreza é uma realidade que não podemos esquecer jamais.

50. Pobres são os famintos, os desempregados, os explorados, os sem-teto, os ignorantes, os desabrigados das catástrofes ambientais, os enfermos, os pecadores, os prisioneiros, os perseguidos. Paupérrimos são todos aqueles que vivem sem as mínimas condições de vida para sobreviver com as próprias forças. Neles enxergamos a presença sofredora de Jesus. Sobre a sua desventura devem encurvar-se a nossa atenção afetuosa e o nosso cristianismo. **Se não ouvirmos o seu grito de dor e nos fecharmos em nosso egoísmo, não somos dignos de ser chamados cristãos.**

51. Centrar a vida pastoral de uma diocese no serviço dos mais pobres constitui uma proposta simultaneamente dolorosa e redentora, que a ninguém deve deixar insensível, indiferente, neutro ou passivo. Essa proposta pastoral aproxima-nos de Jesus Cristo, servo e pobre, e implica um desafio imenso na dimensão do acolhimento fraterno, da procura da verdade e da justiça, em tudo e sempre; da renúncia e do despojamento pessoais, da coerência de vida das comunidades cristãs; da autenticidade e da qualidade do serviço prestado pelas instituições sociais da Igreja; da visibilidade e do incentivo a dar ao voluntariado e às parcerias; da gratuidade e da partilha de todos os dons; da simplicidade humilde; da aceitação do outro; da urgência da educação na escola da caridade e da disponibilidade permanente para a formação humana, espiritual e profissional.

IV O SERVIÇO DA CARIDADE NA ARQUIDIOCESE

52. “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de nosso tempo, sobretudo dos pobres e de quantos sofrem, são as alegrias e as esperanças, tristezas e angústias dos discípulos de Cristo. Nada há de verdadeiramente humano que não encontre eco em seu coração. A comunidade cristã está integrada por homens que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo em seu peregrinar para o reino do Pai e receberam a boa-nova da salvação para comunicá-la a todos. A Igreja por isso se sente íntima e realmente solidária com o gênero humano e sua história” (*Gaudium et Spes*, 1). Esse texto fundamenta a preocupação e a ocupação da Igreja em todos os problemas sociais.

53. O Ano da Caridade é uma estimulante ocasião para verificar a autenticidade do nosso amor, a começar pela relação com os mais próximos: na família, na comunidade,

na paróquia, na Arquidiocese, nos vários ambientes de trabalho, de estudo, de vida. “Deus vos chamou à comunhão com o seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor” (1Cor 1,9) e, por meio dele, com os outros homens nossos irmãos. Por isso “eu vos exorto, irmãos, em nome de nosso Senhor Jesus Cristo: guardai a concórdia uns com os outros, de sorte que não haja divisões entre vós; sede estreitamente unidos no mesmo espírito e no mesmo modo de pensar” (1Cor 1,10).

54. A caridade do Evangelho nos leva ao compromisso. São Paulo Apóstolo acrescenta que o ímpeto da caridade não é para destruir ou demolir, e sim para edificar, para construir (2Cor 13 10). Fica, pois, esta exigência fundamental da caridade: o seu urgir vibrante impele a realizar, a construir, a amar: “Filhinhos, não amemos com palavras nem com a língua, mas com ações e em verdade” (1Jo 3,18). É evidente que a condução da pastoral social é missão do Bispo. Assim foi que instituí o Vicariato para o Serviço da Caridade e nomeei um Vigário Episcopal que coordena o setor administrativo-econômico e todas as atividades da Pastoral Social da Arquidiocese.

55. Que competências tem esse Vicariato? Em primeiro lugar deve promover o conhecimento da Doutrina Social da Igreja na Arquidiocese, para que todos os fiéis tenham elementos para iluminar a realidade e buscar caminhos de promoção das exigências de justiça na sociedade. O Vicariato, ademais, promove o estudo da realidade, elaborando diagnósticos, com a ajuda de pessoas competentes para adquirir critérios, atitudes e comportamentos na Igreja e na sociedade. Cria instâncias de diálogo com os diversos setores e agentes sociais (construtores da sociedade), buscando iluminar essa atividade com o Evangelho e a Doutrina Social, aproximando posições, buscando cooperação eclesial e social. O Vicariato deve assessorar o Arcebispo a realizar um estudo sobre a realidade e, quando for necessário, ajudar a mediar os conflitos sociais, suscitando o diálogo e buscando consensos. Enfim, este Vicariato dará ao setor administrativo-econômico de nossa Igreja uma dimensão mais pastoral.

Pastoral Social

56. A ação pastoral da Igreja, para ser significativa, deve responder às necessidades concretas dos homens de hoje, imersos dolorosamente em uma sociedade sem equidade social em que nem todos têm o seu lugar. Essa tarefa da Igreja se inspira e se apoia no estilo de Jesus que se identificou “com o menor” (cf. Mt. 25,40) e nos pede solidarizar-nos com o marginalizado: “Tive fome e me destes de comer...” (Mt 25,35).

57. Não é fácil dar uma definição exata da Pastoral Social, dada a complexidade do assunto. Uma definição poderia ser: “A Pastoral Social é a ação do Povo de Deus na sociedade, como fermento, sal e luz, transformando-a pelo testemunho e a ação para que seja mais justa, solidária e fraterna, anunciando assim os valores do Reino definitivo” (cf. *A Missão da Pastoral Social* – CNBB).

58. É ação de **todo o Povo de Deus**: atinge transversalmente quase todas as atividades pastorais; especialmente, é ação dos leigos e das instituições dedicadas aos diversos serviços pastorais em dimensão social: *Caritas*, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Setor Juventude e Vocações, Mães Solteiras, Pastoral da Pessoa Idosa, Pastoral Carcerária, Pastoral da Saúde e outras iniciativas. O lugar onde se desenvolve a ação pastoral da Igreja é **a sociedade**. E isso é feito mediante a leitura em oração da Palavra de Deus e um estudo da realidade, interpretando-a sob a luz do Evangelho e prestando atenção nas sementes de vida como sinais do Reino.

59. É uma **presença de Igreja** frente a uma carência social – reparar injustiça –, promovendo situações de vida mais humanas. A Igreja acompanha as distintas formas de participação e militância política, sindical, social, em busca de uma transformação da sociedade. Diz o documento *Ecclesia in America* (58): “A Igreja na América deve encarnar em suas iniciativas pastorais a solidariedade da Igreja universal para os pobres e marginalizados de todo gênero. Sua atitude deve incluir assistência, promoção, libertação e aceitação fraterna. A Igreja pretende que não haja em absoluto marginalizados”.

60. Onde encontrar os critérios para esta ação? **Eis algumas linhas para a nossa Pastoral Social:**

- Conhecer e difundir a Doutrina Social da Igreja.
- Iluminar a vida dos homens e sua realidade. Reafirmar que a dimensão profética da Igreja é um serviço permanente ao projeto de Deus sobre o homem. Junto à denúncia do pecado social, a situação atual de nosso povo exige um forte anúncio da esperança. Nesse serviço deve transparecer claramente a opção preferencial que a Igreja faz pelos mais pobres.
- A partir do anúncio da boa notícia de Jesus, desenvolver a missão profética da Igreja, denunciando as injustiças, os sinais de morte, as estruturas de opressão e os ataques à dignidade humana, fazendo suas as reivindicações dos direitos dos mais fracos, favorecendo e incentivando o diálogo na solução dos conflitos.
- Despertar nos agentes sociais maior interesse por aprofundar as linhas da Doutrina Social da Igreja a partir do estudo da realidade. Buscar caminhos para aprofundar o ensino dessa doutrina, adaptando a linguagem e a metodologia para torná-la acessível a todos.
- Formar dirigentes e favorecer seu acompanhamento espiritual e pastoral.
- Criar espaços de participação e de diálogo para encontrar respostas rápidas a problemas urgentes, sem perder de vista a necessidade de planejar e urgir soluções de fundo.
- Evangelizar e solidarizar as relações humanas e/ou institucionais. A Pastoral Social procurará iluminar e ajudar a melhorar as relações institucionais das sociedades intermédias – partidos políticos, sindicatos, ONGs, associações empresariais, universidades, organizações populares de bairros e de vizinhos etc. –, respeitando a liberdade e as características de cada uma. Assim, poderá contribuir para melhor convivência e para a transformação das estruturas sociais. É fundamental que todos consideremos que o “ser cidadão” é uma das primeiras dimensões do compromisso de um cristão.

- Tornar presente a dimensão social em toda a pastoral da Igreja – transversalidade, pastoral orgânica –, fomentando a coordenação das distintas pastorais específicas, relacionadas com a dimensão social – por exemplo: *Caritas*, Pastoral Carcerária, Pastoral da Saúde, Migrantes, Menores, Comunicação Social etc.. Em toda essa multiplicidade de opções e tarefas, buscar sempre a comunhão eclesial.
- Realizar uma pastoral aberta ao ecumenismo. A colaboração com outras confissões religiosas em tarefas sociais é um bom campo de conhecimento, integração e comunhão fraterna.
- No estudo da realidade social, ampliar o olhar para todos os setores que fazem a vida social – família, habitação, infância, juventude, ancianidade, educação, realidade econômica, trabalhista etc.
- Procurar a gestão de empreendimentos, visando a promoção e o desenvolvimento de pessoas e comunidades, depois de um bom planejamento e definição de objetivos concretos, possíveis e avaliados.

Obras Sociais

61. O mandato de Cristo inspira e convoca atenção imediata e concreta para com o necessitado. Não se pode negar que é essa uma das mais importantes mensagens que salta aos olhos quando se contempla a cena evangélica que antecede à multiplicação dos pães: “Eles não precisam ir embora. Dêem vocês mesmos comidas a eles” (Mt 14,16). A criatividade pastoral da nossa Igreja Particular, por meio de uma série de reflexões realizadas no Conselho Econômico Arquidiocesano, durante o ano de 2003, nos levou a considerar uma resposta a essa indicação do Senhor num comprometimento ainda maior com a pastoral mediante a animação de nosso histórico trabalho de assistência aos pobres e abandonados. Formulamos, assim, **um evento para ser realizado anualmente e que tenha dois objetivos: possibilitar o avanço no compromisso social de nossa arquidiocese representado por nossas obras e projetos de promoção integral da pessoa humana e se tornar um instrumento capaz de oferecer condições necessárias para o amparo das pastorais sociais e dos projetos mais carentes de recursos financeiros**. Nesse contexto, nasceu no mês de novembro de 2004, a nossa Feira da Solidariedade.

Feira da Solidariedade

62. A equipe designada para definir as características da Feira da Solidariedade foi buscar elementos de base na **experiência da Arquidiocese do Rio de Janeiro com a Feira da Providência**. Criada por Dom Helder Câmara no início dos anos de 1960, a Feira tem garantido, nas últimas cinco décadas, o sustento do Banco da Providência que mantém com 70% dos recursos toda a pastoral social arquidiocesana do Rio. Seus realizadores seguem, à risca, o espírito de perseverança de Dom Helder, que dizia: “É graça divina começar bem. Graça maior persistir na caminhada certa. Mas graça das graças é não desistir nunca”. No Rio, o cartunista Ziraldo criou a identidade visual para a Feira. Aqui, Siron Franco, outro artista renomado, emprestou seu talento para homenagear a solidariedade. Um pão e um peixe sobre um pano de estopa conferem

uma beleza ímpar à marca Feira da Solidariedade. A feira da Providência, no entanto, consolidou-se como um empreendimento fortemente empresarial e tem participação de outros Estados e mais de 30 países do mundo. A nossa Feira se estruturou seguindo um caminho diferente, que poderia ser resumido no tripé: programas sociais dos governos, iniciativas de responsabilidade social das empresas e, naturalmente, a exposição dos trabalhos das obras e das paróquias no campo da promoção humana.

63. A **história da Feira da Solidariedade pode ser contada em três fases**, que coincidem com os locais onde os eventos foram montados: a primeira fase diz respeito às três primeiras edições, que foram realizadas no Centro de Cultura e Convenções de Goiânia; a segunda, os dois anos nos quais a Feira ocupou o *deck* do estacionamento do Shopping Flamboyant; e a última fase, a atual, representada pela ocupação de uma área de mais de 11 mil metros quadrados na Estação Goiânia. Em cada uma dessas fases ficou marcada a disposição de melhorar nossa organização pastoral no que diz respeito ao compromisso com a caridade e uma determinação em estabelecer um sério diálogo com as forças solidárias da sociedade. Na linguagem da Feira, essas forças ganharam nomes de “parceiros solidários”. Os governos do estado e da cidade de Goiânia foram aqueles que se integraram na primeira hora. A Fecomércio e outras entidades representativas do setor produtivo também se engajaram logo na primeira edição. O apoio do Sebrae chegou desde o início. Na organização do setor arquidiocesano da Feira tivemos um longo percurso.

64. Entre 2004 e 2006, a Arquidiocese procurou apresentar seu rosto social mediante uma classificação comum nos serviços de assistência a crianças, adolescentes e jovens. As obras e os projetos foram agregados sob a inspiração da prevenção, cura e acompanhamento. Outros trabalhos relacionados a idosos e adultos no campo da profissionalização também tiveram seus espaços garantidos na Feira. No último ano desse triênio, o grande mote foi uma convocação ao serviço do voluntariado e todo o material de divulgação do evento levou a frase “Eu quero ajudar”. Os parceiros se apresentaram com produtos artesanais ou de pequenos empreendedores. Outro destaque desse período pode ser dado à crescente adesão de empresas que levaram para Feira os registros de suas iniciativas de responsabilidade social. No ano de 2006, no estande do governo de Goiás, foi montado um palco que hospedou grandes nomes da música goiana. E o que, de fato, fez uma diferença enorme para a equipe de colaboradores arquidiocesanos foi o aprofundamento nas relações de trabalho em conjunto e a riqueza representada pela reunião, num mesmo lugar, de tantas e boas iniciativas das paróquias, comunidades e congregações religiosas no campo da prática da caridade.

65. Nos dois anos em que a Feira foi realizada no estacionamento do Flamboyant Shopping Center, tivemos uma excelente acolhida por parte da presidência daquele empreendimento. O público cresceu em relação às edições anteriores. Passamos a convidar, a partir daquele biênio, grupos que tivessem um claro compromisso com a sustentabilidade do planeta e a presença do Instituto Flamboyant foi marcante. Em 2008, em profunda sintonia com o momento que vivíamos, fizemos um chamamento fraterno a todos os prefeitos eleitos e a todos os vereadores eleitos dos 27 municípios da Arquidiocese de Goiânia para uma reflexão sobre os desafios da solidariedade em nossas cidades. Naquelas edições, divididas em estandes próprios, quase 200 projetos e

obras sociais foram mostrados ao público visitante, que teve a oportunidade de tomar conhecimento do trabalho feito, muitas vezes de forma silenciosa e com dificuldades de recursos, na totalidade das paróquias da Arquidiocese. Não há, portanto, nenhuma das paróquias que não tenha ao menos uma frente de trabalho solidário. E, na maioria delas, registram-se vários projetos sociais.

66. Em 2009, depois de uma demorada reflexão do Comitê Gestor da Feira, chegou-se à decisão de aceitar o convite da Feira da Estação para uma nova mudança de local do evento. Fomos acolhidos num espaço que superou 11 mil metros quadrados. Foi elaborado, pela primeira vez, um Planejamento Estratégico para a Feira, que ficou redefinida por setores: comercial, do poder público, das ideias, da sustentabilidade, litúrgico e cultural. Também criou-se um espaço que pudesse dar visibilidade ao tempo de preparação para o Sínodo Arquidiocesano, de tal modo que se deu ênfase à Palavra em 2009 e à Liturgia em 2010. Na última edição, o evento avançou significativamente rumo a sua consolidação. Um novo parceiro, a Associação Goiana de Municípios, promoveu um verdadeiro desenho do Estado de Goiás por meio da apresentação de representantes de todos os municípios do Estado, que se agregaram em torno de sub-regiões e mostraram a riqueza de seus produtos naturais e artesanais. Outra marca da edição do ano passado foi a enorme lista de serviços oferecidos pelos parceiros solidários e a fantástica organização do Bazar Arquidiocesano.

67. Com passos largos na direção de um fortalecimento da iniciativa, o Comitê Gestor propõe que a nossa atenção se volte a um dos objetivos originais da Feira da Solidariedade: o financiamento de projetos sociais em regiões carentes da Arquidiocese. O resultado financeiro das sete edições realizadas até agora já serviram de incentivo às várias pastorais sociais e à compra de veículos e equipamentos. Já fortalecemos a Pastoral Carcerária, a Pastoral da Aids e apoiamos projetos variados. O volume pequeno de recursos em duas edições nos levou a concentrar na formação de um fundo de sustentação do evento e cessamos a inscrição para ajudas. Agora, voltamos a ter condições de analisar projetos. E adotando critérios bem objetivos e com o foco na ajuda às paróquias, voltaremos a aplicar os recursos obtidos. Durante todo o período em que efetivamos a entrega de auxílio financeiro com recursos da Feira, nesses últimos sete anos, a responsabilidade pelo controle e dispensa das ajudas foi confiada ao Economato da Arquidiocese e também dessa instância arquidiocesana vieram as autorizações para a montagem anual do evento com a supervisão do Comitê Gestor.

Centro de Solidariedade

68. Neste ano de 2011, ano da Caridade, na preparação do Sínodo, nos sentimos felizes em criar uma nova instância para realizar os objetivos da Feira da Solidariedade e para animar o serviço da caridade em toda a Arquidiocese. Essa nova referência será o Centro de Solidariedade. Amparado pelo Vicariato para o Serviço da Caridade e o Economato Arquidiocesano, e orientado pelo Comitê Gestor da Feira, o nosso Centro de Solidariedade acolherá a história da Feira como semente de um tempo novo para nossa pastoral social. Por meio dessa nova plataforma de ações pastorais, estaremos dando nossa resposta ao apelo do Evangelho no campo da promoção de uma maior consciência

social por meio da valorização integral da pessoa e da assistência aos mais desamparados. Com o desafio da implementação de uma arrojada ação social e com o compromisso de honrar o histórico compromisso da Arquidiocese no campo do serviço da caridade, nosso Centro de Solidariedade nasce em terreno fértil e é confiado aos cuidados de todos nós: bispos, clero, religiosos e, principalmente, cada membro de nossas paróquias e comunidades.

69. É a caridade de Cristo que nos impele. O mandamento do amor que Jesus nos deu tem de concretizar-se em obras e não ficar em meras palavras. Disse João Paulo II na Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* (cf. NMI, 49): devemos chegar a um amor ativo e concreto com cada ser humano. Isto caracteriza a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral. Devemos ver a que grau de entrega pode chegar a caridade para com os mais pobres. Devemos descobrir neles o rosto de Cristo (cf. Mt. 25,35-36), pois com eles Ele quis identificar-se. Esse texto do Evangelho é uma página de cristologia que ilumina o mistério de Cristo e da Igreja.

70. Jesus passou por este mundo fazendo o bem (cf. At 10,38). É necessário, neste tempo, uma “nova fantasia da caridade”. Temos de conseguir que os pobres na Igreja se sintam “como em sua casa”. É a melhor evangelização, mediante a caridade e o testemunho de pobreza cristã. A primeira caridade para com o pobre é evangelizá-lo. Escutando com ânimo disponível a Palavra de Deus na Igreja, “que todos os fiéis compreendam “a necessidade de traduzir em gestos de amor a palavra escutada, porque só assim se torna credível o anúncio do Evangelho, apesar das fragilidades humanas que marcam as pessoas” (Bento XVI encerramento do Sínodo da Palavra). A caridade das obras corrobora a caridade das palavras.

71. Deve-se velar sempre para que o aspecto organizativo não obscureça o próprio do Centro de Solidariedade: o amor ao próximo, a atenção terna e delicada ao pobre, sofredor, necessitado; a ação é de toda a comunidade cristã. Isto deve manifestar-se sempre em nossas comunidades. O Centro, não sendo executor das obras sociais públicas e de governo, atua nas causas, nas raízes dos problemas. Deve ser uma instituição organizada, eficaz, transparente na administração e cultivar fundamentalmente uma espiritualidade, uma mística, um estilo de viver e agir. Uma Igreja pobre, mas rica em amor fraterno, que faz uma opção preferencial pelos pobres, dando-lhes o melhor que tem: Cristo e o pão cotidiano.

72. O Centro de Solidariedade **deverá ser em nossa Arquidiocese e em nossas paróquias um pilar fundamental da dimensão social da evangelização.** Cada paróquia, organizando a sua representação paroquial do Centro, não dê apenas o que sobra; dedique tempo, com todo o esforço, assim como fazemos na catequese. Uma diocese deve ter na catequese e na caridade seus dois pilares fundamentais. E a catequese e a caridade se tocam e se juntam no que é a expressão da vida litúrgica. Na catequese, aprendemos de Jesus; na Liturgia, o celebramos. Celebramos o que cremos. Tudo isso trará repercussões na vida prática: “Tive fome e me destes de comer, estive nu e me vestistes, estive preso ou enfermo e me visitastes...”. Da mesma maneira que o sacerdote nos diz: “Tomai e comei: isto é o meu corpo”, nós fazemos esse milagre,

como instrumentos, da presença real de Jesus – também essa presença real de Jesus está nos necessitados, nos pobres, nos excluídos. Não é que nos dediquemos aos pobres por mera caridade humana, mas porque sabemos que neles está Jesus. E Jesus se identificou com o mais pobre.

73. Em uma paróquia, a caridade não pode ser o resultado heróico de uns poucos, mas deve ser uma preocupação de toda a comunidade paroquial, pároco e fiéis. Alguns, na comunidade paroquial, em nome dela, se ocupam mais da Pastoral da Caridade. Mas todos na paróquia são responsáveis pela caridade. O Documento de Aparecida (407) apresenta os **“rostos sofredores que nos doem”**.

74. Temos de rever como vivemos a caridade em nossas comunidades. O Documento de Aparecida oferece, também sobre isto, algumas pistas, alguns critérios e ensina: “Assumindo com nova força esta opção pelos pobres, pomos de manifesto que todo processo evangelizador implica a promoção humana e a autêntica libertação ‘sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade’” (DA, 399). Essas palavras abrem os corações e ouvidos, a fim de que, cheios de paixão por Jesus e por nossos irmãos, possamos progredir e crescer na caridade. Para a Arquidiocese de Goiânia, ler o Documento de Aparecida é algo consolador, porque constatamos que nossa Igreja, desde seus inícios, foi vivendo e foi marcando sua vida com um espírito semelhante, que queremos agora renovar, retomar. Por isso convido os grupos, as coordenações, os conselhos pastorais a pensar, a imaginar, a buscar caminhos mais dignos, mais próximos, mais humanos, mais fraternos: caminhos novos para os tempos novos. Há novos pobres em nossos povoados e em bairros periféricos de nossas cidades.

Santa Casa de Misericórdia

75. Uma grande expressão da Caridade em nossa Arquidiocese é a Santa Casa de Misericórdia. Mais de 800 mil atendimentos por ano, nas mais diversas áreas e com os mais diversos procedimentos. Esse é um número aproximado, que revela a grandeza da obra de misericórdia e de socorro aos pobres que a Santa Casa realiza a cada ano. Não obstante as suas inúmeras dificuldades, inclusive de sustentação a cada mês, a Arquidiocese de Goiânia, por meio da Sociedade Goiana de Cultura, da Sociedade de São Vicente de Paulo e da PUC Goiás mantém essa obra septuagenária, de enorme credibilidade perante as sociedades goiana, regional e nacional.

A Santa Casa realiza por meio de seus profissionais aquela mesma ação do Samaritano narrada por Jesus no Evangelho (Lc 19, 25-37). O samaritano havia deixado Jerusalém, Cidade Santa, e estava indo para Jericó, situada no Vale da Morte. Teologicamente, identifica-se, aí, o trânsito entre a santidade e o pecado. Eis que um samaritano, desprezado pelos judeus por sua origem mestiça, no caminho encontra com um homem que fora assaltado. Oferece ao desconhecido todo o cuidado necessário e ainda deixa pagas todas as suas despesas na hospedaria. E prossegue em viagem. Realiza-se, neste ato, o amor ao próximo de modo profundamente cristão: amar de modo desinteressado, gratuito, de modo inteiro e integral. Assenta-se, nessa parábola, uma das grandes bases

sobre as quais a nossa Santa Casa de Misericórdia de Goiânia está fundada. Ali se realiza um trabalho samaritano, de cuidado físico, conduzido por profissionais que compreendem sua ação clínica como uma vocação, um serviço aos mais pobres, de modo especial.

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

76. Outra face da ação caritativa da Igreja Arquidiocesana é a Pontifícia Universidade Católica de Goiás. De inspiração cristã, a PUC Goiás vive “a alegria de procurar a verdade, de descobri-la e de comunicá-la em todos os campos do conhecimento” (*Ex Corde Ecclesiae*, 1). João Paulo II afirma: “A Universidade Católica, a par de qualquer outra Universidade, está inserida na sociedade humana. Para a realização do seu serviço à Igreja, ela é solicitada – sempre no âmbito da competência que lhe é própria – a ser instrumento cada vez mais eficaz de progresso cultural quer para os indivíduos quer para a sociedade. As suas atividades de investigação, portanto, incluirão o estudo dos graves problemas contemporâneos, como a dignidade da vida humana, a promoção da justiça para todos, a qualidade da vida pessoal e familiar, a proteção da natureza, a procura da paz e da estabilidade política, a repartição mais equânime das riquezas do mundo e uma nova ordem econômica e política, que sirva melhor à comunidade humana em nível nacional e internacional. A investigação universitária será dirigida a estudar em profundidade as raízes e as causas dos graves problemas do nosso tempo, reservando atenção especial às suas dimensões éticas e religiosas” (*Ex Corde Ecclesia*, 32).

77. A PUC Goiás possui uma respeitada presença nas propostas de solução para os graves problemas de nossa região e do nosso país. No campo das ações que visam à dignidade humana e ambiental, desenvolve diversos programas institucionais de educação ambiental, de planejamento urbano, de incubadora social. Ministra diversos cursos, realiza oficinas, encontros ambientalistas, palestras educativas sobre coleta seletiva do lixo e reciclagem, oferece assessorias e desenvolve pesquisas em parceria com instituições governamentais e não governamentais, participa da elaboração de planos diretores e da capacitação de agentes ambientais. Reunidos, esses programas realizam, por ano, mais de 25 mil atendimentos.

78. Também no campo dos direitos humanos, a PUC Goiás atua, há muitos anos, nos conselhos ligados à defesa dos direitos da pessoa, nos conselhos penitenciários, nos conselhos que envolvem questões da infância, da adolescência e dos jovens brasileiros, nos conselhos de saúde, nos conselhos de segurança, entre outros. Essa atuação confunde-se com o percurso histórico da Universidade, como é o caso do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil, do Instituto Dom Fernando e do Centro Comunitário de Meninos e Meninas.

79. A filantropia da PUC Goiás é algo que vai além da concessão de bolsas segundo as regras do Programa Universidade para Todos. Traduz-se de modo belo, dentro desse

grande afeto e respeito que nosso povo tem pela Instituição. Por meio dessas ações sociais, a Universidade aproxima-se da realidade de sofrimento, sobretudo da periferia, e aqui recordo a importância do Centro Comunitário de Meninos e Meninas que, há quase trinta anos, atua na defesa da infância, na educação e na profissionalização de jovens e adultos na região noroeste da Grande Goiânia.

Vila São Cottolengo

80. Uma outra grande expressão da Caridade em nossa arquidiocese é a Vila São José Bento Cottolengo, que nasceu do sonho de um padre redentorista, Gabriel Vilela, de ajudar moradores de rua dando acolhida e proporcionando perspectivas de vida digna. Durante o período da Romaria do Divino Pai Eterno, os romeiros eram generosos em ajudá-los. Após a festa, muitos desses pedintes permaneciam na cidade, agravando um problema crescente. Uma fazenda, doada pela então Diocese de Goiás, foi terreno para as cinco primeiras casas que deram origem à Vila.

81. A quantidade de pessoas abrigadas aumentava a cada dia. Muitas, portadoras de necessidades especiais, eram abandonadas na porta da Instituição durante a madrugada. Foi necessário ampliar a estrutura física e recorrer à ajuda de terceiros. Em dezembro de 1957, as Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, vindas da Província de Belo Horizonte, chegaram para contribuir no trabalho. De abrigo, a Vila São Cottolengo passou a hospital de assistência integral e humanizada, especializado em pacientes com deficiências múltiplas, em leitos de longa permanência. Atualmente, são 365 pacientes com esse perfil, pessoas que são razão e missão primeiras da Instituição.

82. Voltado para as comunidades interna e externa, foi criado o Hospital São Cottolengo, que atende 2.400 pacientes/dia com consultas em diversas especialidades médicas, serviços de diagnóstico por imagem, terapias de apoio (Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Equoterapia), laboratório, serviço odontológico e um grande centro cirúrgico com infraestrutura completa para a realização de cirurgias de média e pequena complexidades.

83. Ao longo desses sessenta anos de existência, a Vila São Cottolengo consolida sua dedicada atuação nas áreas social, da saúde, educação, cultura e lazer. Com a missão de promover vida com qualidade para a pessoa com necessidades especiais e em situação de vulnerabilidade social, hoje é reconhecida como a mais tradicional instituição filantrópica do Centro-Oeste.

V DESAFIOS URGENTES

Acolher o Rosto de Cristo Crucificado e Ressuscitado

84. Nesta carta desejo compartilhar também algumas reflexões e sonhos que brotam do sofrimento redentor de Cristo, crucificado e ressuscitado. Vemos o sofrimento de Cristo:

- no desprezo pela pessoa humana, sobretudo pelos mais fracos e sofredores;
- nas famílias divididas por problemas econômicos;
- nos jovens sem horizontes, privados de um trabalho digno e um pedaço de terra para viver;
- no empobrecimento da maioria do povo ante o escândalo do enriquecimento ilícito de poucos;
- nos migrantes, sem perspectiva e sem uma política específica;
- em tantos povoados do interior que sobrevivem em meio a tantas dificuldades;
- nas condições desumanas em que atuam tantos trabalhadores urbanos e rurais;
- nos atentados contra a vida em todas as suas formas;
- nas incessantes propostas de uma falsa felicidade baseada no hedonismo, no álcool, na droga etc.

85. **A força da Ressurreição de Jesus nos permite viver a Esperança, como dom e virtude do Alto, que nos faz construir um mundo no qual o povo tenha o suficiente para viver dignamente.** É necessário:

- **uma consciência** renovada de responsabilidade individual e social dos trabalhadores, dos estudantes, dos técnicos, dos profissionais, dos empregados, dos comerciantes etc.;
- um Estado que se empenhe na superação da mendicância;
- esposos, pais e filhos que reforcem tudo o que os une e superem todas as dificuldades que os dividem e todos aprendam a viver com generosidade e alegria;
- jovens que vivam com entusiasmo e esperança seu futuro, vivam os grandes ideais do amor, da pureza e do serviço, e não se deixem sucumbir ao álcool, às drogas, às influências que privilegiam tão somente a aparência física, em detrimento da riqueza espiritual e psicológica;
- a superação, nas cidades e no campo, da insegurança, da violência, da pobreza e da miséria.

Exercitar a Caridade na Política

86. O ano de 2010 foi marcado pelas eleições estaduais e nacionais e, no final de 2012, teremos as eleições municipais. É bom voltar a recordar os princípios fundamentais da moral cristã. Não se ama totalmente se não se inclui, na vida pessoal, o compromisso social e político. Cada um, segundo sua vocação e capacidade; cada um, desde o espaço mais apropriado à própria realidade; cada um, sentindo-se parte do bem público e corresponsável por ele, e mais, sentindo-se único e insubstituível na tarefa comum.

87. Nossa democracia necessita do “amor político” dos cristãos e de tantos homens e mulheres de boa vontade, muito além do período eleitoral, ainda que as eleições reclamem especiais responsabilidades de eleitores e candidatos. Os cristãos, também na política, manifestam o seguimento de Cristo “com obras e de verdade”. Como Pedro,

ofereçamos o melhor de nós em favor do bem comum e manifestemos nosso desejo de seguir o Senhor, servindo-o com nosso compromisso cidadão.

88. O campo da política é um espaço próprio para a realização da vocação dos cristãos leigos, devidamente acompanhados pela Hierarquia – bispos, padres e diáconos –, animando-os no exercício de sua missão social e advertindo-os em possíveis equívocos, haja vista a complexidade que é o campo político. Porém, o magistério inicial de Bento XVI é claro: “A Igreja não pode, nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode, nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas, também não pode, nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Deve inserir-se nela pela via da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre requer renúncias, também, não poderá afirmar-se, nem prosperar” (*Deus Caritas Est*, 28a).

89. A Igreja promove e incentiva a participação laical na vida política, numa postura de respeito perante os diferentes caminhos propostos, mas em atenção aos princípios sociais colhidos do Evangelho e da Doutrina Social. A Igreja considera com seriedade o exercício da cidadania por intermédio do voto, como exercício pleno e livre da consciência do cidadão, compreendendo que a democracia não se esgota em uma eleição. Afinal, “o amor – caritas – será sempre necessário, mesmo na sociedade mais justa. Não há qualquer ordenamento estatal justo que possa tornar supérfluo o serviço do amor” (*Deus Caritas Est*, 28b).

Promover e Proteger a Família

90. A família é a “**primeira escola de virtudes sociais**” (*Familiaris Consortio*, 42). E a caridade é o nutrimento e o fogo de todas as virtudes, inclusive as virtudes sociais. “É dever dos pais dispor os filhos, na família, desde a mais tenra idade, a conhecerem o amor de Deus para com os homens todos; ensinar-lhes pouco a pouco, sobretudo pelo exemplo, a solicitude pelas necessidades materiais e espirituais do próximo (cf. *Apostolicam Actuositatem*, 30). Assim, a família se torna “santuário doméstico da Igreja” e se transforma em espaço operoso da caridade, promovendo “a justiça e demais obras a serviço de todos os que padecem necessidade” (cf. *Apostolicam Actuositatem*, 11). É preciso educar os filhos para que saibam abrir as mãos “por amor de Cristo”, aliás “ao próprio Cristo”, vivente no irmão pobre ou sofredor, no infeliz, no pecador e no doente.

91. Mas, para formar seus filhos desse modo, os pais precisam viver da Fé que faz reconhecer o próprio Senhor em cada homem, sobretudo no indigente ou sofredor. Como fazer para se chegar à visão do rosto de Cristo? “Em verdade eu vos digo: cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes” (Mt 25, 40). **Amar é um ato de fé.** Amar como Deus ama e nos manda amar, amar do jeito de Jesus, segundo o espírito evangélico do mandamento novo, é um ato de fé, de tornar

coerente e eficaz, em palavras e obras, a nossa fé. Daqui procede a vivência da caridade e a opção preferencial pelos pobres. A fé implica a prática da caridade. E a família se traduz naquilo que contém o ensinamento de João Paulo II: “A família possui vínculos vitais e orgânicos com a sociedade, porque constitui o seu fundamento e alimento contínuo mediante o dever de serviço à vida: saem, de fato, da família os cidadãos e na família encontram a primeira escola daquelas virtudes sociais, que são a alma da vida e do desenvolvimento da mesma sociedade. Assim por força da sua natureza e vocação, longe de fechar-se em si mesma, a família abre-se às outras famílias e à sociedade, assumindo a sua tarefa social. A mesma experiência de comunhão e de participação, que deve caracterizar a vida quotidiana da família, representa o seu primeiro e fundamental contributo à sociedade. As relações entre os membros da comunidade familiar são inspiradas e guiadas pela lei da gratuidade que, respeitando e favorecendo em todos e em cada um a dignidade pessoal como único título de valor, se torna acolhimento cordial, encontro e diálogo, disponibilidade desinteressada, serviço generoso, solidariedade profunda” (*Familiaris Consortio*, 42, 43).

92. Assim é que o próprio modo de relacionamento entre pais e filhos é a primeira escola de sociabilidade, estimulando as relações comunitárias calcadas na justiça, no diálogo, no amor amadurecido que tem, na política, uma de suas singulares expressões.

93. Convido toda a Igreja Arquidiocesana, presbíteros, diáconos, comunidades religiosas, consagrados, famílias e comunidades, a vivermos a “ousadia da caridade”, de que nos falava João Paulo II, com os mais belos sentimentos cristãos de confiança, de responsabilidade e de comunhão. A Igreja preocupa-se mais com a fidelidade ao Evangelho do que com o êxito dos seus planos ou com o sucesso das suas iniciativas. Servem-nos de paradigma para esta opção pastoral de evangelização, e para este serviço da caridade, da comunhão e da corresponsabilidade, as comunidades cristãs dos tempos apostólicos (At 2,16-21).

94. O exercício prático da caridade é algo tão enraizado no coração do homem que dificilmente se encontrará melhor critério de discernimento para conhecer a qualidade humana de uma pessoa do que o interesse real que essa mesma pessoa demonstra por seu próximo. **Temos, porém, de prestar muita atenção para que as simples ações altruístas, filantrópicas ou caridosas não roubem a verdadeira raiz e o horizonte da caridade cristã, que tem seu mais sólido fundamento no amor de Deus com o qual se aceita e serve à pessoa em toda sua dignidade e com todas suas carências.**

95. Há em nossa Igreja muitas obras de beneficência e de solidariedade. E devemos alegrar-nos com isso e valorizar o que fazem, sempre compreendendo que a caridade transcende a prática da promoção humana. Certamente, quem não pratica a justiça não é de Deus, e tampouco quem não ama seu irmão (Jo 3,10). A Justiça e a Caridade são inseparáveis. Sem assentar-se na Justiça, a Caridade seria um engano. Sem a Caridade, a Justiça permanece no estrito direito legal, deixando desprotegidas muitas precisões de um homem necessitado, que não é só objeto de direitos, mas também é pessoa, destinatária do amor fraterno.

96. Como sinal e critério, a Caridade deve resplandecer no comportamento e nas ações de quem as realiza, pois somente dessa maneira poderá alguém ser reconhecido como cristão. Quem se aproxima da mesa da Eucaristia não deve se esquecer de preparar a mesa da caridade e a ajuda aos pobres. Pois somente se pode comer deste Pão sacramental em comunhão de caridade com nossos irmãos.

97. Toda a história da salvação é uma peregrinação do homem para Deus. No Evangelho (Jo 20), Jesus sai ao encontro de seus discípulos: “Jesus apareceu outra vez aos discípulos junto ao lago de Tiberíades”. Jesus convida a lançar as redes, depois dos esforços noturnos infrutuosos para pescar: “Aquela noite não apanharam nada... Lançai a rede à direita da barca e encontrareis”. Cristo sempre supera as expectativas dos homens: “Lançaram-na, e não tinham forças para tirá-la, pela multidão de peixes”. A ação de Deus em Cristo Ressuscitado é novidade e é esperança. Jesus sai ao encontro de homens, neste caso de Pedro, devolve-lhe a intimidade, cura-lhe a ferida da negação em bálsamo do perdão e do amor: “Amas-me mais do que estes? Amas-me? Amas-me?”. Ante a pergunta insistente de Jesus, Pedro responde: “Senhor, tu sabes tudo, tu sabes que te amo”. A relação com Deus é só um trato de amor.

98. **Tudo perde sentido se não há amor. Tudo carece de fundamento sem amor.** A ressurreição de Cristo inaugura em Pedro e, em Pedro, em todos nós, um processo de retorno à raiz da relação de Deus com o homem, que nos converte em construtores da nova civilização do amor e da esperança; é o pedido de Jesus a Pedro: “apascenta minhas ovelhas” (Jo 20,16). Jesus Ressuscitado nos abriu as portas do coração de Deus e nos instalou em sua própria intimidade, em sua própria essência, a vida nova do amor. A vida cristã se desenvolve no amor e na íntima comunhão de Cristo, que nos faz testemunhas da Boa-Nova. Só daremos fruto se formos sinais de esperança e luz. Cristo continua saindo ao nosso encontro, convidando-nos a amá-lo em seu amor, para ser e construir a história de amor de Deus com os homens, com a humanidade. Deixemo-nos encontrar com Ele nesta Páscoa!

99. Irmãos e irmãs queridos, neste tempo de quaresma, somos todos convidados à conversão. A conversão é adesão a Jesus Cristo, a seu Evangelho; é unir-se aos valores do Reino de Deus e perceber a realidade do ponto de vista do Evangelho e, assim, enfrentar de modo novo a vida e seus desafios. No documento de Aparecida, fala-se da conversão pessoal e da conversão pastoral. No capítulo VI, que aborda “o caminho de formação dos discípulos missionários”, nos é apresentada, depois do encontro com Jesus Cristo em que se faz a experiência do kerygma, a conversão pessoal, que é “a primeira resposta de alguém que ouviu o Senhor com admiração, acredita Nele pela ação do Espírito, decide ser seu amigo e vai atrás dele, consciente de que morrer ao pecado é poder alcançar a vida” (*Documento de Aparecida*, 278). O capítulo VII do mesmo Documento, dedicado à “missão dos discípulos a serviço da vida plena”, faz referência à conversão pastoral, que se relaciona diretamente com a missão. A este respeito, o Documento de Aparecida cita: “Esta firme decisão missionária deve envolver todas as estruturas da Igreja”. Na conversão pastoral, a referência principal é o Reino de Deus, a realidade absoluta que Jesus Cristo proclamou e viveu. Para a conversão pastoral, é “necessário colher o contexto histórico em que vivemos, a dimensão sócio-cultural e suas transformações, que apresentam novos desafios para a Igreja e sua

missão de construir o Reino de Deus. A conversão pastoral nos convida a passar de uma pastoral de pura conservação a uma pastoral decididamente missionária”. A conversão pastoral não é “autoperfeição”, mas experiência do Reino para poder encontrar irmãos e irmãs, sobretudo os mais distantes e os mais pobres. Invoquemos incessantemente a ajuda do Senhor e peçamos-lhe a luz necessária para viver a conversão pessoal e pastoral.

100. Peçamos ao Senhor e à nossa Mãe, a Virgem Auxiliadora, que ama com ternura o povo de seu Filho, que nos ajude a converter-nos e a seguir sonhando para que, alimentando o ideal solidário de Jesus, possamos vislumbrar uma nova primavera em nossa Igreja e uma ampla renovação na vida social.

101. Deus quer um mundo fraterno, no qual todos vivam como irmãos. Não será este o melhor fruto do nosso Sínodo? No desejo de continuar sonhando com um mundo novo, suplico ao Senhor que nos plenifique com Sua graça e com suas bênçãos. A todos saúdo com afeto cordial em Jesus e Maria. Confiemos à Mãe de Deus e Mãe da Igreja, Nossa Senhora Auxiliadora, os caminhos e os horizontes pastorais que nos propomos percorrer neste terceiro ano de preparação para o nosso Primeiro Sínodo Arquidiocesano.

Deus abençoe a todos!
Em Cristo, Crucificado e Ressuscitado.

Dom Washington Cruz
Arcebispo Metropolitano de Goiânia

Arquidiocese de Goiânia, 09 de março de 2011.
Quarta-feira de Cinzas

Anexo I

Encíclica *Deus Caritas Est* – sobre o amor cristão

Papa Bento XVI (Síntese)

Definir o amor numa perspectiva cristã, esse é o objetivo do Papa Bento XVI em sua primeira carta aos católicos. Sabemos que, nos dias atuais, o termo “amor” tem vários sentidos, que vão desde o amor familiar, até a relação sexual. E, segundo Bento XVI, o eros é um caminho para o Divino, quando é vivido com responsabilidade. O Papa aproveita ainda a temática do amor, para falar da ação social da Igreja, mostrando, através da história, as ações de caridade como o principal meio pelo qual a igreja tem atuado no mundo. Deixa bem claro que à política cabe criar um Estado mais justo, e à Igreja cabe purificar a razão humana para que eles possam atuar com amor.

Síntese da encíclica

A encíclica tem a data de 25 de dezembro de 2005, e é composta de duas partes. A primeira, intitulada “A unidade do amor na criação e na história da salvação”, apresenta uma reflexão teológico-filosófica sobre o “amor” em suas diversas dimensões – eros, *philía*, ágape – precisando alguns dados essenciais sobre o amor de Deus pelo ser humano e comentando a relação intrínseca que esse amor tem com o amor humano. A segunda, chamada “*Caritas*, o exercício do amor por parte da Igreja como ‘comunidade de amor’”, trata do exercício concreto do mandamento do amor ao próximo.

PRIMEIRA PARTE

O termo “amor”, um dos mais usados e dos que mais se abusa no mundo de hoje, abarca amplo campo semântico. Entre essa multiplicidade de significados surge, como arquétipo do amor por excelência, aquele existente entre o homem e a mulher, que, na antiga Grécia, tinha o nome de “eros”. Na Bíblia, principalmente no Novo Testamento, aprofunda-se a noção de “amor”; esse aprofundamento se expressa na rejeição da palavra “eros” em favor do termo “ágape”, para expressar um amor de oblação.

Essa nova visão do amor, uma novidade essencial do cristianismo, foi interpretada não poucas vezes de forma absolutamente negativa, como se se tratasse de uma supressão do “eros” ou da corporeidade. Apesar de terem surgido tendências desse tipo, o sentido do aprofundamento é outro. O “eros”, colocado na natureza do ser humano por seu próprio Criador, tem necessidade de disciplina, de purificação e de maturidade para não perder sua dignidade original e não ser degradado a puro “sexo”, convertendo-se em mercadoria.

A fé cristã considerou sempre o homem como um ser em que espírito e matéria se interpenetram mutuamente, alcançando assim uma nobreza toda nova. Pode-se dizer que o desafio do “eros” foi vencido, quando o corpo e a alma se encontram em perfeita harmonia no ser humano. Só então é que o amor é “êxtase”; mas êxtase não como momento de embriaguez passageira, e sim como saída permanente do eu fechado em si

mesmo no caminho da sua libertação, através do dom de si, em direção ao reencontro consigo próprio e, mais além, até o descobrimento de Deus. Desse modo, o “eros” pode elevar o ser humano em “êxtase” até o Divino.

Definitivamente, é preciso que “eros” e “ágape” nunca sejam totalmente separados um do outro. Pelo contrário: quanto mais em equilíbrio estiverem – evidentemente em dimensões diversas – melhor se realizará a verdadeira natureza do amor. Embora o “eros” seja, inicialmente, sobretudo desejo, à medida que se aproxima da outra pessoa, interrogar-se-á sempre menos sobre si mesmo, buscará cada vez mais a felicidade do outro, entregar-se-á e desejará “ser” para o outro: desse modo, um se torna parte do outro e o momento do “ágape” é atingido.

Em Jesus Cristo, que é o amor de Deus encarnado, o “eros”-“ágape” alcança a sua forma mais radical. Ao morrer na cruz, Jesus, entregando-se para elevar e salvar o ser humano, expressa o amor na sua forma mais sublime. Jesus assegurou a presença duradoura desse ato de oferecimento pela instituição da Eucaristia, na qual, sob as espécies do pão e do vinho, entrega-se a nós como um novo maná que nos une a Ele. Ao participarmos da Eucaristia, nós também nos envolvemos na dinâmica da sua entrega. Unimo-nos a Ele e ao mesmo tempo nos unimos a todos os demais aos quais Ele se entrega; todos nos convertemos assim em “um só corpo”. Desse modo, o amor de Deus e o amor ao nosso próximo realmente se fundem. O duplo mandamento, graças a esse encontro com o “ágape” de Deus, não é mais apenas um requisito: o amor se pode “mandar”, porque primeiro se entregou.

SEGUNDA PARTE

O amor pelo próximo, enraizado no amor de Deus, além de ser uma obrigação para cada fiel, é também um dever para toda a comunidade eclesial, que, em sua atividade caritativa, deve refletir o amor trinitário. A consciência dessa obrigação teve uma importância fundamental na Igreja desde os seus inícios e muito cedo ficou igualmente clara a necessidade de uma determinada organização como pressuposto para que ela fosse observada com mais eficácia.

Assim, na estrutura fundamental da Igreja, surgiu a “diaconia” como serviço de amor ao próximo, realizado comunitariamente e de forma ordenada – um serviço específico, mas ao mesmo tempo espiritual. Com o crescimento progressivo da Igreja, esse exercício da caridade definiu-se como um dos seus aspectos mais importantes. A natureza íntima da Igreja se expressa, desse modo, em uma tríplice tarefa: o anúncio da Palavra de Deus (*kerygma-martyria*), a celebração dos sacramentos (*leiturgia*) e o serviço da caridade (*diakonia*). São tarefas mutuamente implicadas e que não podem se separar.

A partir do século XIX, colocou-se contra a atividade caritativa da Igreja uma objeção fundamental, segundo a qual esta estaria em contraposição – dizia-se – com a justiça, e que acabaria por atuar como um sistema de conservação do *status quo*. Ao realizar obras individuais de caridade, a Igreja favoreceria a manutenção do injusto sistema vigente, fazendo-o de alguma forma sustentável e impedindo assim a rebelião e uma possível melhora em direção a um mundo melhor.

Nesse sentido, o marxismo procurou indicar a panaceia para a problemática social: a revolução mundial e a sua preparação, sonho que, com o tempo, desapareceu. O magistério pontifício, começando pela encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1891) até a trilogia das encíclicas sociais de João Paulo II: *Laborem Exercens* (1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (1987), *Centesimus Annus* (1991), enfrentou com insistência crescente a questão social e, confrontando-se com situações problemáticas sempre novas, elaborou uma doutrina social muito profunda, que propõe orientações válidas que vão muito além dos limites da Igreja.

Entretanto, a criação de uma ordem justa no âmbito da sociedade e do Estado é um dever fundamental da política e, por isso, não pode ser uma tarefa imediata da Igreja. A doutrina social católica não pretende conferir à Igreja um poder sobre o Estado, mas simplesmente purificar e iluminar a razão, oferecendo a sua contribuição à formação das consciências, de modo que as verdadeiras exigências da justiça sejam percebidas, reconhecidas e realizadas. Não obstante, não existe qualquer normativa estatal que, por justa que seja, possa tornar supérfluo o serviço do amor. O Estado que tudo quer prover converte-se invariavelmente em uma instância burocrática incapaz de assegurar aquilo de que o ser humano que sofre – qualquer ser humano – mais essencialmente precisa: uma amorosa dedicação pessoal. Aquele que pretende desfazer-se do amor, dispõe-se a abdicar do homem como homem.

Em nosso tempo, um positivo efeito colateral da globalização manifesta-se no fato de que o desvelo pelo próximo, superando os limites das comunidades nacionais, tende a ampliar seus horizontes ao mundo inteiro. As estruturas do Estado e as associações humanitárias desempenham de várias maneiras a solidariedade expressa pela sociedade civil: desse modo, formaram-se muitas organizações com objetivos caritativos e filantrópicos. Além disso, na Igreja Católica e em outras comunidades eclesiais, surgiram novas formas de atividade caritativa. É desejável que se estabeleça entre todas essas instâncias uma frutuosa colaboração. Naturalmente, é importante que a atividade caritativa da Igreja não perca a sua própria identidade, dissolvendo-se na organização eclesial comum assistencial, convertendo-se numa simples variante. Ao contrário, ela deve manter todo o esplendor essencial da caridade cristã e eclesial. Portanto, a atividade caritativa cristã, além da competência profissional com que deve ser desempenhada, deve se fundar num encontro pessoal com Cristo, cujo amor tocou o coração do crente, suscitando nele o amor ao próximo.

A atividade caritativa cristã deve ser independente dos partidos e das ideologias. O programa do cristão – o programa do Bom Samaritano, o programa de Jesus – é “um coração que vê”. Esse coração vê onde há necessidade de amor e atua em consequência.

Além disso, a atividade caritativa cristã não deve ser um meio a serviço daquilo que hoje é chamado proselitismo. O amor é gratuito; não se exercita para alcançar outros fins. Mas isso não significa que a ação caritativa deva, por assim dizer, deixar a Deus e a Cristo de lado. O cristão sabe quando deve falar de Deus e quando é justo não o fazer, deixando falar somente o amor. O hino à caridade de São Paulo (1Cor13) deve ser a Carta Magna de todo o serviço eclesial, para protegê-lo do risco de cair num puro ativismo.

Nesse contexto, perante o risco do secularismo que pode condicionar muitos cristãos comprometidos no trabalho de caridade, é necessário reafirmar a importância da oração. O contato vivo com Cristo evita que a experiência das enormes carências e dos próprios limites arraste o fiel a uma ideologia que pretende fazer agora aquilo que, aparentemente, Deus não consegue fazer, ou cair na tentação de ceder à inércia e à resignação. Quem reza não perde tempo, ainda que as circunstâncias o impulsionem unicamente à ação; e quem reza não pretende mudar ou corrigir os planos de Deus, mas sim conseguir para si – seguindo o exemplo de Maria e dos santos – a luz de Deus e a força do amor que vence toda a obscuridade e o egoísmo presentes no mundo.

Anexo II

Encíclica *Caritas in Veritate* – A caridade na verdade – Papa Bento XVI (síntese)

A encíclica *Caritas in Veritate* datada do dia 29 de junho de 2009, solenidade de São Pedro e São Paulo, está em continuidade com todo o corpo da doutrina social anterior, especialmente do Papa Paulo VI e de João Paulo II. Por isso, recorda os grandes princípios do bem comum, da solidariedade, da subsidiariedade e do desenvolvimento de todo o homem e de todos os homens. Porém, ao mesmo tempo, supõe um avanço ao abordar questões novas na situação atual, em especial à luz de um pensamento que expressa na conclusão: Bento XVI reclama a necessidade de Deus na vida pública, porque “sem Deus o homem não sabe para onde ir nem tampouco consegue entender quem ele é”. “O humanismo que exclui Deus é um humanismo desumano”. Sobre a ideia recolhida no título do documento, *Caritas in Veritate*, o Santo Padre explica que “se pode reconhecer a caridade como expressão autêntica de humanidade e como elemento de importância fundamental nas relações humanas, também as de caráter público. Só na verdade resplandece a caridade e pode ser vivida autenticamente. A verdade é luz que dá sentido e valor à caridade”.

Bento XVI apresenta a sua Encíclica *Caritas in Veritate*

Segue a intervenção de Bento XVI durante a audiência geral do dia 8 de julho de 2009, realizada na Sala Paulo VI, com peregrinos procedentes do mundo inteiro, dedicada a apresentar a sua encíclica *Caritas in Veritate*.

Queridos irmãos e irmãs:

Minha nova encíclica, *Caritas in Veritate*, que foi apresentada oficialmente ontem, inspira-se, em sua visão fundamental, em uma passagem da carta

de São Paulo aos Efésios, na qual o apóstolo fala sobre agir segundo a verdade na caridade: “Vivendo – acabamos de escutar – segundo a verdade, no amor, cresceremos sob todos os aspectos em relação a Cristo, que é a cabeça” (4,15). A caridade na verdade é, portanto, a principal força propulsora para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e de toda a humanidade. Por isso, toda a doutrina social da Igreja gira em torno do princípio *caritas in veritate*.

Somente com a caridade, iluminada pela razão e pela fé, é possível alcançar objetivos de desenvolvimento com um valor humano e humanizador. A caridade na verdade “é um princípio à volta do qual gira a doutrina social da Igreja, princípio que ganha forma operativa em critérios orientadores da ação moral” (n. 6). A encíclica alude imediatamente, na introdução, a dois critérios fundamentais: a justiça e o bem comum. A justiça é parte integrante desse amor “com ações e de verdade” (1Jo 3,18), cujo cumprimento exorta o apóstolo João (cf. n. 6). E “amar alguém é querer o seu bem e trabalhar eficazmente pelo mesmo. Ao lado do bem individual, existe um bem ligado à vida social das pessoas (...). Ama-se tanto mais eficazmente o próximo, quanto mais se trabalha em prol de um bem comum”. Portanto, dois são os critérios operativos: a justiça e o bem comum; graças a este último, a caridade adquire uma dimensão social. A encíclica diz que todo cristão está chamado a esta caridade e acrescenta: “este é o caminho institucional (...) da caridade” (cf. n. 7).

Como outros documentos do Magistério, também esta encíclica retoma, continua e aprofunda a análise e a reflexão da Igreja sobre questões de vital interesse para a humanidade do nosso tempo. De modo especial, enlaça-se com aquilo que Paulo VI escreveu, há mais de 40 anos, na *Populorum Progressio*, pedra angular do ensinamento social da Igreja, na qual o grande pontífice traça algumas linhas decisivas – e sempre atuais – para o desenvolvimento integral do homem e do mundo moderno. A situação mundial, como amplamente demonstra a crônica dos últimos meses, continua apresentando muitos problemas e o “escândalo” de desigualdades clamorosas permanece apesar dos compromissos adotados no passado.

Por um lado, registram-se sinais de graves desequilíbrios sociais e econômicos; por outro, invocam-se de muitos lugares reformas que não podem demorar mais tempo para superar a brecha no desenvolvimento dos povos. O fenômeno da globalização pode, neste sentido, constituir uma oportunidade real, mas por isso é importante que se acometa uma profunda renovação moral e cultural e um discernimento responsável sobre as escolhas que precisam ser feitas para o bem comum. Um futuro melhor para todos é possível quando se funda na descoberta dos valores éticos fundamentais. É necessária, portanto, uma nova projeção econômica que volte a desenhar o desenvolvimento de forma global, baseando-se no fundamento ético da responsabilidade diante de Deus e diante do ser humano como criatura de Deus.

A encíclica certamente não visa a oferecer soluções técnicas para as grandes problemáticas sociais do mundo atual – não é da competência do magistério da Igreja (cf. n. 9). Esta recorda, no entanto, os grandes princípios que se revelam indispensáveis para construir o desenvolvimento humano nos próximos anos. Entre estes, em primeiro lugar, a atenção à vida do homem, considerada como centro de todo verdadeiro progresso; o respeito do direito à liberdade religiosa, sempre unida intimamente ao desenvolvimento do homem; a rejeição de uma visão prometeica do ser humano, que o considera artífice absoluto do seu próprio destino. Uma ilimitada confiança nas potencialidades da tecnologia seria finalmente ilusória. É preciso contar com homens retos, tanto na política quanto na economia, que estejam sinceramente atentos ao bem comum.

Em particular, vendo as emergências mundiais, é urgente chamar a atenção da opinião pública diante do drama da fome e da segurança alimentar, que afeta uma parte considerável da humanidade. Um drama de tais dimensões interpela nossa consciência: é necessário enfrentá-lo com decisão, eliminando as causas estruturais que o provocam e promovendo o desenvolvimento agrícola dos países mais pobres. Tenho certeza de que esta via solidária ao desenvolvimento dos países mais pobres ajudará a elaborar um projeto de solução da crise global atual.

Sem dúvida, é preciso revalorizar atentamente o papel e o poder político dos Estados, em uma época em que existem, de fato, limitações à sua soberania por causa do novo contexto econômico-comercial e financeiro internacional. E por outro lado, não deve faltar a participação dos cidadãos na política nacional e internacional, graças também a um compromisso renovado das associações dos trabalhadores chamados a instaurar novas sinergias no âmbito local e internacional. Um papel de primeiro nível desempenha, também neste campo, a mídia, para a potencialização do diálogo entre culturas e tradições diversas.

Querendo, portanto, programar um desenvolvimento não viciado pelas disfunções e distorções hoje amplamente presentes, impõe-se, por parte de todos, uma séria reflexão sobre o sentido da economia e sobre suas finalidades. Exige-o o estado de saúde ecológica do planeta; pede-o a crise cultural e moral do homem, que aparece com evidência em cada lugar do globo. A economia tem necessidade da ética para seu funcionamento correto; precisa recuperar a importante contribuição do princípio de gratidão e da “lógica do dom” na economia do mercado, cuja regra não pode ser o próprio proveito. Mas isso só é possível graças ao compromisso de todos, economistas e políticos, produtores e consumidores, e pressupõe uma formação das consciências que dê força aos critérios morais na elaboração dos projetos políticos e econômicos.

Justamente, de muitas partes se apela ao fato de que os direitos pressupõem deveres correspondentes, sem os quais os direitos correm o risco de transformar-se em livre arbítrio. É necessário – repete-se cada vez mais – um estilo diferente de vida por parte de toda a humanidade, no qual os deveres de cada um com relação ao ambiente se unam aos da pessoa considerada em si mesma e em relação com os demais. A humanidade é uma só família e o diálogo fecundo entre fé e razão não pode senão enriquecê-la, tornando mais eficaz a obra da caridade no social, constituindo, além disso, o marco apropriado para incentivar a colaboração entre crentes e não crentes, na perspectiva compartilhada de trabalhar pela justiça e pela paz no mundo.

Como critérios-guia por esta interação fraterna, na encíclica indico os princípios de subsidiariedade e de solidariedade, em íntima conexão entre si. Sublinhei, finalmente, diante de problemáticas tão vastas e profundas do mundo de hoje, a necessidade de uma autoridade política mundial regulada pelo direito, que se atenha aos mencionados princípios de subsidiariedade e solidariedade e que esteja firmemente orientada pela realização do bem comum, no respeito às grandes tradições morais e religiosas da humanidade.

O Evangelho nos recorda que não só de pão vive o homem: não só com bens materiais se pode satisfazer a profunda sede do seu coração. O horizonte do homem é, sem dúvida, mais alto e mais vasto; por isso, todo programa de desenvolvimento deve ter presente, junto ao material, o crescimento espiritual da pessoa humana, que está dotada de alma e corpo. Este é o desenvolvimento integral, ao que constantemente se refere a doutrina social da Igreja, desenvolvimento que tem seu critério orientador na força propulsora da “caridade na verdade”.

Queridos irmãos e irmãs, oremos para que também esta encíclica possa ajudar a humanidade a sentir-se uma única família comprometida em realizar um mundo de

justiça e paz. Oremos para que os crentes, que trabalham nos setores da economia e da política, advirtam quão importante é a coerência do seu testemunho evangélico no serviço que oferecem à sociedade. Particularmente, convido-vos a rezar pelos chefes de Estado e do governo do G8, que se reúnem nestes dias em L'Aquila. Que desta importante cúpula mundial brotem decisões e orientações úteis para o verdadeiro progresso de todos os povos, especialmente dos mais pobres. Confiamos estas intenções à maternal intercessão de Maria, Mãe da Igreja e da humanidade (Julho 2009).

Síntese da Encíclica *Caritas in Veritate*

Autor: Dom Joaquim Mol, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte e Reitor da PUC MINAS

A verdade resplandece a caridade. Poucos dias depois que o Papa Bento XVI, através de uma carta, exortou a cúpula de chefes de Estado e de Governo do G8 – grupo dos sete países mais desenvolvidos e a Rússia – a contemplar valores éticos nas medidas de superação da crise econômica e deles exigiu ajuda ao desenvolvimento dos países mais pobres, ele publica uma forte Carta Encíclica sobre a “Caridade na Verdade”. Primeiro, ele publicou *Deus caritas est* (2006), depois *Spe salvi* (2007) e agora, dia 7 de julho de 2009, presenteia a Igreja e a todas as pessoas de boa vontade com *Caritas in Veritate*. O Papa relembra os mais de 40 anos da Encíclica *Populorum Progressio* (1967), de Paulo VI, logo depois do Concílio Vaticano II, sobre o desenvolvimento humano integral.

Esta Encíclica aborda o desenvolvimento humano integral, fundado na caridade e na verdade. Com a luz da Palavra de Deus e da Teologia ele ilumina temas sociopolíticos, econômicos e tecnológicos, enriquecendo o *corpus* da doutrina social da Igreja e mais do que isto, apontando rumos para a preservação da vida do ser humano, de todas as criaturas e do planeta. É uma palavra profética absolutamente necessária! Ao anunciar as possibilidades do desenvolvimento sustentável, propondo a prática do humanismo cristão, denuncia o desenvolvimento depredador da vida e excludente de Deus.

Apresento, nesta síntese livre, alguns dos mais instigantes pensamentos do Papa Bento XVI na referida Encíclica, com a esperança de que ela reacenderá pavios fumegantes, reerguerá desanimados no caminho, reanimará esgotados pelo cansaço. Um lembrete: quando o Papa fala de caritas-caridade é do amor que ele está falando.

Sobre a caridade, na verdade. O Papa diz que o amor – caritas – é uma força extraordinária que impele as pessoas a comprometerem-se, com coragem e generosidade, no campo da justiça e da paz. Esta força é extraordinária porque tem sua origem em Deus. Foi Jesus Cristo quem testemunhou com a própria vida a caridade na verdade, tornando-a a principal força propulsora para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira. É nesse projeto de amor de Deus que o ser humano encontra a verdade sobre si mesmo e, aderindo a ela, torna-se livre. Por isso, defender a verdade é uma forma exigente e imprescindível de caridade.

A caridade é a via mestra da doutrina social da Igreja. Tal doutrina proclama a verdade do amor de Cristo na sociedade; é serviço da caridade, mas na verdade. A caridade é tudo, porque Deus é caridade (*1Jo 4,8.16*). Porém, como o sentido de caridade sofre desvios e chega a ser excluído dos âmbitos social, jurídico, cultural, político e econômico, é necessário conjugar a caridade com a verdade. Trata-se da verdade na caridade (*Ef 4,15*).

E também da caridade na verdade. Só na verdade é que a caridade resplandece e pode ser autenticamente vivida. A verdade é luz que dá brilho e valor à caridade. Sem

verdade a caridade cai no sentimentalismo. O amor torna-se um invólucro vazio. A verdade liberta a caridade dos estrangulamentos do emocionalismo, que a despoja de conteúdos relacionais e sociais, e do particularismo, que a priva de amplitude humana e universal.

A caridade na verdade ganha forma e ação na justiça. A caridade supera a justiça, porque amar é dar, oferecer ao outro aquilo que é “meu”; mas nunca existe sem a justiça, que induz a dar ao outro o que é “dele”, o que lhe pertence em razão do seu ser e do seu agir.

Não posso “dar” ao outro do que é meu, sem antes lhe ter dado aquilo que lhe compete por justiça. Quem ama aos outros com caridade é, antes de tudo, justo para com ele. A justiça é inseparável da caridade, que é maior do que ela. A caridade na verdade ganha forma e ação também no bem comum. Amar alguém é querer o seu bem e trabalhar pelo mesmo e pelo bem comum, ligado à vida social das pessoas. O bem comum é o bem daquele “nós-todos”. Querer o bem comum e trabalhar por ele é exigência da justiça e da caridade. Ama-se tanto mais eficazmente o próximo, quanto mais se trabalha em prol de um bem comum que dê resposta também às suas perguntas.

O amor na verdade é um grande desafio, pois a partilha dos bens e recursos, da qual deriva o autêntico desenvolvimento, não é assegurada pelo simples progresso técnico e por meras relações de conveniência, mas pelo potencial de amor que vence o mal com o bem (1Rm 12,2) e se abre à reciprocidade das consciências e das liberdades.

A Igreja não tem soluções técnicas nem cabe a ela tê-las. A Igreja também não pretende imiscuir-se na política dos Estados. Mas ela tem uma missão a cumprir a favor de uma sociedade à medida do ser humano, da sua dignidade e da sua vocação. Por isso ela indica, inarredavelmente, o caminho da caridade na verdade.

Sobre o desenvolvimento humano continua sendo uma obrigação real a busca de um desenvolvimento que seja integral, o que exige uma nova planificação global do desenvolvimento, uma renovada avaliação do papel e do poder do Estado, pois:

- cresce a riqueza mundial, mas aumentam as desigualdades;
- continua o escândalo socioeconômico de desproporções revoltantes;
- a corrupção e a ilegalidade estão presentes em todos os lugares;
- cresce o número de quantos não respeitam os direitos humanos;
- existem protecionismos do conhecimento.

O Papa aponta a direção para várias áreas:

a) do ponto de vista social, é preciso aumentar e melhorar as redes de segurança social e previdência;

b) quanto à mobilidade laboral, é preciso lembrar aos sistemas econômicos e sociais que o primeiro capital a preservar e valorizar é a pessoa, na sua integridade;

c) no plano cultural, é preciso superar o relativismo mediante discernimento das culturas postas lado a lado e ao mesmo tempo evitar o nivelamento e homogeneização dos comportamentos e estilos de vida;

d) alimentação e acesso à água são direitos universais sem distinções nem discriminações; dar de comer aos famintos é um imperativo ético para a Igreja, e eliminar a fome no mundo é um objetivo a alcançar para preservar a paz e subsistência da terra;

e) respeito à vida desde a sua concepção não é separável do desenvolvimento dos povos;

f) não se separa do desenvolvimento humano o direito à liberdade religiosa, evitando violências como o terrorismo fundamentalista e a promoção programada da indiferença

religiosa e do ateísmo prático por parte de muitos países, subtraindo ao desenvolvimento recursos espirituais e humanos;

g) necessidade de temperar o saber como obra da inteligência com o sal da caridade, para que se torne sapiência, capaz de orientar o homem; por isso ponderações morais e pesquisa científica devem crescer juntas, animadas pela caridade num todo interdisciplinar harmônico.

Quanto à fraternidade e ao desenvolvimento, o ser humano está feito para o dom, que exprime e realiza a sua dimensão de transcendência. Enquanto dom recebido por todos, a caridade na verdade é uma força que constitui a comunidade, unifica os homens segundo modalidades que não conhecem barreiras nem confins.

A unidade do gênero humano, uma comunhão fraterna para além de qualquer divisão, nasce da convocação da Palavra de Deus-Amor. Por um lado, a lógica do dom não exclui a justiça nem se justapõe a ela, num segundo tempo e fora dela. Mas por outro lado, o desenvolvimento econômico, social e político precisa, se quiser ser autenticamente humano, dar espaço ao princípio da gratuidade como expressão da fraternidade.

Se incluirmos a dimensão teológica para a compreensão do fenômeno do mundo global, teremos a oportunidade de viver e orientar a globalização da humanidade em termos de relacionamento, comunhão e partilha.

Sobre o desenvolvimento, direitos, deveres e ambiente. A solidariedade universal é para nós não só um fato e um benefício, mas também um dever. Hoje, muitas pessoas tendem a alimentar a pretensão de que não devem nada a ninguém, a não ser a si mesmas. É importante invocar uma nova reflexão que faça ver como os direitos pressupõem deveres, sem os quais o seu exercício se transforma em arbítrio. A partilha dos deveres recíprocos mobiliza muito mais do que a mera reivindicação de direitos. A isto se associa o dever da ética, em tudo. Hoje existem muitos processos, merecedores de apreço, que tentam imprimir o princípio da ética. Todavia, é bom formar um válido critério de discernimento, porque nota-se certo abuso no emprego do adjetivo “ético”, chegando-se ao ponto de se fazer passarem a sua sombra decisões e opções contrárias à justiça e ao verdadeiro bem do homem.

Assim, nas intervenções em prol do desenvolvimento, há de se salvaguardar o princípio da centralidade da pessoa humana, que é o sujeito do dever do desenvolvimento.

O tema do desenvolvimento aparece, hoje, estreitamente associado também com os deveres que nascem do relacionamento do homem com o ambiente natural. Para preservar a natureza, não basta intervir com incentivos ou penalizações econômicas, nem é suficiente uma instrução adequada. Trata-se de instrumentos importantes, mas o problema decisivo é a solidez moral da sociedade em geral. Se a vida humana não é respeitada, a consciência comum acaba por perder o conceito de ecologia humana e, com ele, o do meio ambiente.

Uma das pobreza mais profundas que o homem pode experimentar é a solidão. O homem aliena-se quando fica sozinho ou se afasta da realidade, quando renuncia a pensar e a crer num Fundamento. A humanidade inteira aliena-se quando se entrega a projetos unicamente humanos, a ideologias e a falsas utopias. A humanidade aparece, hoje, muito mais interativa do que no passado: esta maior proximidade deve transformar-se em verdadeira comunhão. O desenvolvimento dos povos depende, sobretudo, do reconhecimento de que todos são uma só família, a qual colabora em verdadeira comunhão e é formada por sujeitos que não se limitam a viver uns ao lado dos outros.

O diálogo fecundo entre fé e razão não pode deixar de tornar mais eficaz a ação da caridade na sociedade, e constitui o valor mais apropriado para incentivar a colaboração fraterna entre crentes e não crentes na perspectiva comum de trabalhar pela justiça e pela paz da humanidade.

Uma solidariedade mais ampla em nível internacional exprime-se, antes de mais nada, a promover maior acesso à educação. Com o termo educação, não se pretende referir apenas à instrução escolar ou à formação para o trabalho – ambas causas importantes de desenvolvimento – mas à formação completa da pessoa, formação integral.

Perante o crescimento incessante da interdependência mundial, sente-se quão imensa é a urgência de uma reforma, quer da ONU – Organização das Nações Unidas – quer da arquitetura econômica e financeira internacional, para que seja possível uma real concretização do conceito de família de nações. De igual modo, sente-se a urgência de encontrar formas inovadoras para atuar o princípio da responsabilidade de proteger e para atribuir também às nações mais pobres uma voz eficaz nas decisões comuns.

Sobre o Desenvolvimento e a Técnica

Por sua natureza, a pessoa humana está dinamicamente orientada para o próprio desenvolvimento – que pode degradar-se, se ela pretende ser a única produtora de si mesma. Do mesmo modo, degenera o desenvolvimento dos povos, se a humanidade pensa que se pode recriar valendo-se dos prodígios da tecnologia. Ainda, o progresso econômico revela-se fictício e danoso quando se abandona aos prodígios das finanças para apoiar incrementos artificiais e consumistas.

Hoje o problema do desenvolvimento está estreitamente unido com o progresso tecnológico. O desenvolvimento tecnológico pode induzir à ideia de auto-suficiência da própria técnica, quando o homem, interrogando-se apenas sobre o “como”, deixa de considerar os muitos “porquês” pelos quais é impelido a agir. Frequentemente o desenvolvimento dos povos é considerado um problema de engenharia financeira, de abertura dos mercados, de redução das tarifas aduaneiras, de investimentos produtivos, de reformas institucionais; em suma, um problema apenas técnico. O desenvolvimento é impossível sem homens retos, sem operadores econômicos e homens políticos que sintam intensamente em suas consciências o apelo do bem comum.

Necessários são olhos novos e um coração novo, capazes de superar a visão materialista dos acontecimentos humanos e entrever no desenvolvimento um “mais além” que a técnica não pode dar. Por este caminho, será possível perseguir aquele desenvolvimento humano integral que tem o seu critério orientador na força propulsora da caridade na verdade.

Conclui o Papa: sem Deus, o homem não sabe para onde ir e não consegue sequer compreender quem seja. Diante dos enormes problemas do desenvolvimento dos povos que quase nos levam ao desânimo e à rendição, vem em nosso auxílio a palavra do Senhor Jesus Cristo: “Sem Mim, nada podeis fazer” (Jo15,5), e encoraja: “Eu estarei convosco, até o fim do mundo” (Mt 28,20).

SUMÁRIO

O AMOR VENCE TUDO

I O AMOR

Amor Vem de Deus
Amor a Deus e ao Próximo
Mandamento do Amor
Regra de Ouro do Amor

II SERVIÇO DA CARIDADE

Unidade na Diversidade
Dimensão Eucarística
Sacerdote: Homem da Caridade
Diaconos: Agentes da Caridade

III A CARIDADE NO MAGISTÉRIO SOCIAL DA IGREJA

Doutrina Social

IV O SERVIÇO DA CARIDADE NA ARQUIDIOCESE

Pastoral Social
Obras Sociais
Feira da Solidariedade
Centro de Solidariedade
Santa Casa de Misericórdia
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Vila São Cottolengo

V DESAFIOS URGENTES

Acolher o Rosto de Cristo Crucificado e Ressuscitado
Exercitar a Caridade na Política
Promover e Proteger a Família

ANEXO I

Encíclica *Deus Caritas Est* – sobre o amor cristão – Papa Bento XVI

ANEXO II

Encíclica *Caritas in Veritate* – a caridade na verdade – Papa Bento XVI